

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

YURI CHAMMA BASTOS

Dimensões internacionais da Frente Popular para a Libertação da Palestina e a
questão nacional Palestina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Rodrigo Amaral.

São Paulo

2024

Dedico este trabalho ao povo palestino.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que me apoiaram em todas as minhas escolhas de vida. Agradeço à minha madrinha, Rita, que me apoiou para que eu pudesse finalizar minha graduação. Agradeço aos meus amigos, Gabriela, Matheus, Lucas, Olívia, Mariana, Guilherme, João, Pedro, Vitória, Francisco, Riccardo e Thiago, por estarem presentes nos momentos mais especiais da minha graduação. Agradeço meu amigo e companheiro, Davi, por ser um norte intelectual e um grande professor. Agradeço a minha amiga, Sofia, por ter me ajudado no processo de reconexão com minhas raízes árabes e por ser uma guia política e intelectual. Agradeço meu professor e orientador, Rodrigo, pelos direcionamentos, orientações e auxílio na elaboração deste trabalho. Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, enquanto instituição, pela sua excelência, por tornar este trabalho possível e por ser um dos bastiões do pensamento acadêmico livre. Agradeço, por último, a todos que contribuíram, de alguma forma, com a luta contra a exploração e a opressão e com seus aportes teóricos esclareceram minha visão de mundo na formulação deste escrito.

RESUMO

Este trabalho busca analisar as dimensões internacionais que se refiram a atuação da Frente Popular para a Libertação da Palestina no histórico processo de luta anticolonial do povo palestino contra seus ocupantes. Será analisado o processo de criação da Frente, seus desdobramentos políticos e militares e o impacto de suas ações na luta anticolonial palestina. A FPLP, formada em 1967, se inseriu em um cenário maior de luta por libertação, tornando-se um dos principais atores na luta contra a entidade sionista. Nos dias de hoje, 57 anos após sua formação, a Frente segue sua atuação em dois frentes: o político, por meio de seu partido, e o militar, participando ativamente nas brigadas de Abu Alí Mustafá contra as forças de ocupação. Esta, que já foi uma organização com grande capilaridade na sociedade palestina, acabou por perder relevância nos anos 90. Espera-se que esse estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada sobre o surgimento da Frente, sua atuação histórica e suas contribuições para o processo de uma Palestina Livre.

Palavras-chave: Frente-Popular-Libertação-Palestina. Palestina. Sionismo. Autodeterminação. Oriente-médio. Antissionismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the international dimensions regarding the performance of the Popular Front for the Liberation of Palestine (PFLP) in the historical process of the Palestinian people's anti-colonial struggle against their occupiers. The process of the Front's creation, its political and military developments, and the impact of its actions on the Palestinian anti-colonial struggle will be analyzed. Formed in 1967, the PFLP became one of the main actors in the fight against the Zionist entity, inserting itself into a broader scenario of liberation struggle. Today, 57 years after its formation, the Front continues its activities on two fronts: the political, through its party, and the military, actively participating in the Abu Ali Mustafa Brigades against the occupying forces. Once an organization with significant grassroots support in Palestinian society, it lost relevance in the 1990s. It is hoped that this study will contribute to a deeper understanding of the emergence of the Front, its historical performance, and its contributions to the process of a Free Palestine.

Keywords: Popular-Front-Liberation-Palestine. Palestine. Zionism. Self-determination. Middle East. Anti-Zionism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Autoridade Nacional Palestina
CAP	Comando de Ação Palestino
CCU	Comitê Central de União
Fatah	Movimento de Libertação Nacional da Palestina
FDLP	Frente Democrática para a Libertação da Palestina
FPLP	Frente Popular para a Libertação da Palestina
FP-CG	Frente Popular para a Libertação da Palestina-Comando Geral
FLP	Frente de Libertação da Palestina
MNA	Movimento Nacionalista Árabe
MNL	Movimento Nacional Libanês
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OPLP	Organização Popular para a Libertação da Palestina
PSP	Partido Socialista Progressista
RAU	República Árabe Unida
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	ANTECEDENTES DO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA	08
2.1	Nakba: a catástrofe	09
3	O NACIONALISMO ÁRABE E OS ANTECEDENTES DA FPLP.....	12
3.1	A guerra de 1967	14
4	A FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA.....	17
4.1	Um início conturbado	20
4.2	O maior inimigo dos socialistas: outros socialistas	23
5	OS ÁRABES DECLARAM GUERRA - A SI MESMOS	30
5.1	O Setembro Negro	31
6	RESISTÊNCIA, REVOLTA E REVOLUÇÃO: A FPLP ATÉ 1982.....	35
6.1	A guerra dos campos	39
7	AL-INTIFADA E OS ACORDOS DE OSLO	41
7.1	A resistência se ajoelha	43
8	CONCLUSÃO: A FRENTE POPULAR ESTÁ MORTA, VIDA LONGA À FRENTE POPULAR	45
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) está associado aos acontecimentos que moldaram o cenário político do Oriente Médio no período após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Esta guerra, travada entre a entidade sionista e os países árabes vizinhos - Egito, Síria e Jordânia - resultou em uma significativa ampliação do território sob controle sionista, incluindo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, a Península do Sinai e as Colinas de Golã. Para os palestinos, esse evento foi um divisor de águas, consolidando a ocupação e aprofundando o sentimento de injustiça e opressão.

No rescaldo desse conflito, o nacionalismo palestino se encontrava em ascensão, impulsionado pela perda adicional de território e pela sensação de urgência em enfrentar a ocupação. Nesse contexto de agitação política e desafio à entidade sionista, quatro organizações palestinas se juntaram, em reunião em Damasco, em um esforço de cooperação para buscar uma solução para a questão palestina, foram elas: *al-Fateh*, *Abtal al-'Awdah*, *Shabab al-Tha'ir*, e *Jabhat Tahrir Filistin*. Apesar de concordarem em uma estratégia de resistência armada, nenhum consenso foi atingido. Consequentemente, o grupo *Al-Fateh (Fatah)* se desvincilhou da organização e retomou, por conta própria, suas atividades militares de forma independente. As outras três organizações concordaram em se juntar e a Frente começou suas operações militares em 6 de outubro de 1967. Em 21 de dezembro do mesmo ano, publicou seu primeiro comunicado militar.

Sob a liderança de George Habash – anteriormente líder do braço palestino do Movimento Nacionalista Árabe – A FPLP emergiu como uma das principais forças do movimento de resistência, representando uma fusão destas diferentes organizações e correntes ideológicas que compartilhavam um objetivo comum: a libertação da Palestina.

A fusão dessas diferentes organizações sob a liderança da FPLP representou não apenas uma convergência de objetivos estratégicos, mas também uma união de diferentes correntes ideológicas dentro do movimento. Esta fusão ideológica foi uma característica marcante da Frente e contribuiu para sua capacidade de atrair uma ampla base de apoio entre a população palestina.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação histórica da Frente e suas dimensões internacionais, no que se refira a sua atuação no processo de Libertação

da Palestina e no processo de luta anticolonial do povo palestino contra seus ocupantes. Será analisado o processo de criação da Frente, seus desdobramentos políticos, ideológicos e militares, o impacto de suas ações na luta anticolonial palestina e sua eventual decadência.

Esta que já foi uma organização com grande organicidade na sociedade palestina acabou por perder relevância nos anos 90. Espera-se que esse estudo contribua para uma compreensão mais aprofundada sobre o surgimento da Frente, sua atuação histórica e suas contribuições para o processo de uma Palestina Livre.

2 ANTECEDENTES DO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

O historiador Mashhur Sirham Ittayem, em seu texto "The Palestine National Struggle: The Popular Front For The Liberation Of Palestine And The Transformation Of Ideology" elabora sobre as movimentações do *lobby* sionista estadunidense. O autor nos esclarece que, no pós segunda guerra, este *lobby* capitaneado por proeminentes figuras - como o Senador Robert A. Taft - tentou passar uma série de resoluções no congresso estadunidense buscando um "lugar apto a receber os 4 milhões de Judeus sobrevivente na Europa". (ITTAYEM, 1977, P. 56)

Os sionistas tentaram repetidas vezes, sem sucesso, ganhar o reconhecimento de uma Comunidade Judaica na Palestina. Em esforço coordenado, para se redirem de seus fracassos progressos, a Conferência Mundial Sionista, sediada em Londres em agosto de 1945, apoiou abertamente o esforço de criar um Estado Judeu em solo Palestino e os esforços para angariar apoio se voltaram ao presidente Harry Truman.

O padrão de assentamento de refugiados judeus, tanto durante a guerra quanto após ela, foi em grande parte estabelecido por um acordo aparentemente tácito entre os líderes britânicos e americanos e a liderança sionista sobre as políticas restritivas de imigração dos Aliados, a fim de aumentar o fluxo de refugiados judeus para a Palestina. (ITTAYEM, 1977, P.57).

Durante os anos de guerra, os ganhos políticos dos sionistas nos Estados Unidos foram acompanhados por conquistas materiais concretas na Palestina. Após as rebeliões palestinas de 1936 a 1939 e o período seguinte de repressão britânica, a resistência palestina foi completamente desarticulada, o que permitiu aos sionistas consolidar sua posição política e militar na região.

O avanço político e militar dos sionistas na Palestina, aliado ao êxito do *lobby* sionista em sua ofensiva nos Estados Unidos contra a política britânica, levou a Grã-Bretanha a tentar desesperadamente se livrar de suas responsabilidades em relação à Palestina. Incapaz de encontrar uma solução para o problema tanto para a coalizão sionismo-Estados Unidos, quanto para os palestinos, a Grã-Bretanha delegou a questão à ONU em abril de 1947.

Antes disso, o "relatório da maioria" de um comitê especial de 11 membros sobre a Palestina já havia decidido a favor da partilha como solução. Em sua sessão

inaugural, a Assembleia Geral estabeleceu um Comitê Especial composto por 57 membros para revisar o plano de partição e suas alternativas, e apresentar suas recomendações à Assembleia Geral. No ano seguinte, o parlamento britânico decidiu por encerrar seu mandato sobre a Palestina.

Ittayem nos apresenta um cenário onde a influência dos Estado Unidos e do *lobby* sionista foi determinante para abocanhar o voto de países que, à princípio, se mostraram contra o plano de partilha.

Em 26 de novembro de 1947, a partição da Palestina (em um estado árabe, um estado judeu e uma zona internacional em torno de Jerusalém) foi apresentada à Assembleia Geral para debate. Neste ponto, os sionistas americanos, vendo que os debates indicavam um padrão de votação semelhante ao do Comitê Ad Hoc, exerceram suas maiores pressões sobre o governo dos EUA para "influenciar" o voto na Assembleia Geral daqueles membros da ONU que, no Comitê Ad Hoc, haviam votado contra a partição ou se abstido. (ITTAYEM, 1977, P.63).

Dentre esses países, estavam o Haiti, a Liberia, as Filipinas, a China, a Etiópia e a Grécia. Com exceção deste último, todos os países foram persuadidos a votarem a favor do plano de partilha da Palestina.

Assim, em 29 de novembro, quando o voto final foi realizado sobre a resolução de partição, a coalizão sionista-EUA, por meio de pressões oficiais do governo dos EUA, conseguiu obter uma maioria de dois terços na Assembleia Geral. (ITTAYEM, 1977, P.63).

O que se seguiu no território palestino foi um período de caos político potencializado pela ausência total da Grã-Bretanha em prestar qualquer tipo de auxílio às populações árabes.

A recusa da Grã-Bretanha em cumprir sua responsabilidade obrigatória de proteger os árabes palestinos contra o terrorismo sionista intensificado, ao mesmo tempo em que negava a eles qualquer meio de autodefesa, tornou a população árabe palestina uma presa fácil para a próxima fase na estratégia sionista de conquistar a Palestina árabe e estabelecer seu estado sionista. (ITTAYEM, 1977, P.64).

A seguir, veremos como as populações judaicas, recém chegadas ao território palestino, resolveram seu maior problema para a criação do Estado judeu: a presença massiva da população palestina em seu "novo território".

2.1 Nakba: a catástrofe

Ilan Pappé, em seu célebre livro, "A limpeza étnica da palestina", nos apresenta um cenário de deslocamento forçado dos palestinos para o exílio, como

um imperativo para a criação do Estado Judaico. Esta limpeza étnica resultou de um planejamento implantado pelos líderes do movimento sionista, principalmente David Ben Gurion e outros membros de seu círculo fechado.

As duas narrativas históricas oficiais que competem pela história do que aconteceu na Palestina em 1948 ignoram o conceito de limpeza étnica. Enquanto a versão sionista/israelense afirma que a população local saiu 'voluntariamente', os palestinos falam sobre a 'catástrofe', a Nakba, que os atingiu, o que de certa forma também é um termo evasivo, pois se refere mais ao desastre em si do que a quem ou o que o causou. O termo Nakba foi adotado, por razões compreensíveis, como uma tentativa de contrabalancear o peso moral do Holocausto judeu (Shoá), mas ao deixar de fora o ator, pode, de certa forma, ter contribuído para a contínua negação pelo mundo da limpeza étnica da Palestina em 1948 e após. (PAPPÉ, 2006, P.20).

Ittayem comenta sobre a “teoria da transferência”, que encontrou grande resistência por parte da população árabe:

“Sob o slogan "A força das armas, e não resoluções formais, decidirá a questão", os sionistas lançaram sua ofensiva militar não apenas para expulsar os árabes das terras designadas aos judeus no plano de partição (56 por cento da área total), mas também para ocupar o máximo possível da Palestina por si próprios e, assim, apresentar à ONU um fato consumado.” (ITTAYEM, 1977, P.64).

Tal teoria tinha como objetivo antecipar a promulgação pela ONU de um sistema de tutela sobre a Palestina com supervisão britânica em vez de seu plano de partilha.

Episódio famoso do processo de limpeza étnica, o massacre de *Deir Yassin* que revelou cenas de brutalidade comparadas aquelas cometidas pelos nazistas contra as populações judaicas da Europa. “Aqui, em 9 de abril de 1948, 254 homens, mulheres e crianças foram massacrados por terroristas sionistas. Outras aldeias e cidades árabes, como Kastel (em 11 de abril), Kolonia (em 12 de abril), Tiberíades (em 18 de abril), Haifa (em 21-22 de abril) e Jaffa (em 27 de abril a 13 de maio), para citar apenas alguns, enfrentaram ataques sionistas semelhantes.” (ITTAYEM, 1977, P.66).

E embora os propagandistas sionistas tenham negado tais operações brutais por suas forças militares - a Haganah, o Irgun e a Gangue Stern - e até hoje rejeitem qualquer responsabilidade por criar uma nação de refugiados, relatos de testemunhas oculares refutam todas as alegações sionistas de que a população árabe deixou a Palestina voluntariamente. (ITTAYEM, 1977, P.66).

A “narrativa oficial” nos diz que os refugiados palestinos abandonaram suas casas voluntariamente e de bom grado. A verdade, no entanto, nos mostra que os

palestinos saíram em fuga levando nada além de suas roupas do corpo. Estes fugiram em pânico para escapar de possíveis massacres. Ironicamente, em seu processo de fuga, outros massacres ocasionais foram feitos para manter estes refugiados em fuga. Aqueles que ficavam para trás, ou eram mortos pelas milícias sionistas, ou encorajados a se mover por meio da violência.

Foi, portanto, por meio deste meio de "violência e derramamento de sangue" e não pela vontade da maioria dos membros da ONU que o Estado de Israel nasceu. (ITTAYEM, 1977, P.67).

Assim, de acordo com Ittayem, as forças sionistas atingiram seus objetivos políticos e estratégicos com louvor e extrema crueldade. A ofensiva tinha superado seu maior obstáculo e dado início a um processo de apartheid que se arrasta, de forma moribunda, até os dias de hoje. Com a tutela da ONU e principalmente dos Estados Unidos uma população inteira foi expulsa de suas terras para a criação de um novo Estado que se apoiou no terrorismo e na limpeza étnica como sua base fundadora.

Em 14 de maio de 1948, a ofensiva sionista não apenas alcançou seus objetivos, mas até os superou ao ocupar mais de 80 por cento da Palestina (sendo designada apenas 56 por cento pelo plano de partição) e finalmente criar uma maioria judaica. Em 14 de maio de 1948, então, o Estado de Israel foi proclamado em desafio ao plano de partição da ONU, que não deveria entrar em vigor até julho, bem como ao seu sistema alternativo de tutela ainda em debate. Dentro de onze minutos da declaração da independência do Estado, o presidente Truman, em nome dos Estados Unidos, foi o primeiro a reconhecer sua legitimidade. (ITTAYEM, 1977, P.67).

Para o povo árabe palestino, a perda da Palestina abrange mais do que uma derrota política e militar. Para eles, a essência do conflito é sua expulsão de suas casas e terras e, portanto, apenas através da restauração de seu direito de retorno a essas casas e terras a justiça e, conseqüentemente, a paz serão restauradas. (ITTAYEM, 1977, P.67).

Para os Palestinos a consequência de perder sua nação resultou no deslocamento de dois terços do povo para vários países do sudoeste asiático e em menor medida para fora da região. Isso gerou uma relação de dependência por parte dos países árabes que abrigaram essas populações palestinas exiladas. A perda de iniciativa e controle sobre sua própria situação fez com que a luta para recuperar sua pátria deixasse de ser uma solução puramente nacional para o problema e se tornasse uma solução de todo o mundo árabe.

Eles se tornaram participantes ativos na política árabe em todas as suas variações ideológicas e organizacionais. Eles viam a unidade árabe, até meados dos anos sessenta, como o caminho para a libertação da Palestina. (ITTAYEM, 1977, P.69).

3 O NACIONALISMO ÁRABE E OS ANTECEDENTES DA FPLP

Entendida a criação da entidade sionista e seus desdobramentos, é preciso compreender o episódio vital no que diz respeito à criação da FPLP: a Guerra dos Seis Dias. Para tal, é preciso um breve contexto sobre os rumos da resistência palestina até aquele momento.

O autor Terry James Buck escreve em seu livro “The Decline of the Popular Front for the Liberation of Palestine: A Historical Analysis” que a tomada da Palestina pelos sionistas se tornou uma espécie de “monstro” no imaginário político do mundo árabe. A luta pela redenção se transformou em uma necessidade e as monarquias árabes apoiadas pelo Ocidente não puderam torná-la realidade. O Rei Farouq do Egito se manteve no poder por apenas quatro anos a partir da tomada da Palestina até ser derrubado em um golpe militar. O golpe, liderado por uma organização de oficiais egípcios denominada de “Oficiais Livres” levou à presidência o Coronel *Gamal Abdel Nasser*, que se tornaria o grande rosto da unidade nacional árabe e da libertação palestina. Foi nesse contexto que um grupo de estudantes, principalmente palestinos, da Universidade Americana de Beirute (UAB), fundou o *Haraka al-Qawmia al-'Arabia* (Movimento Nacionalista Árabe, o MNA) no início dos anos 1950. (BUCK, 2012, P. 7)

O principal nome dessa nova organização era George Habash, nascido em 1926, na cidade de Lydda na Palestina. Habash largou os estudos na Faculdade de Medicina em Beirute em 1948 para atuar como assistente de um cirurgião que cuidava de civis feridos em sua cidade natal durante o *Nakba*. Sua cidade e a cidade vizinha caíram em julho do mesmo ano e Habash, tendo testemunhado os horrores da limpeza étnica da Palestina, se radicalizou e entrou para a militância pela causa palestina.

George Habash e Wadi' Haddad, fundadores do MNA, partiram para a Jordânia em 1952 para recrutar apoio para o novo movimento. Eles estabeleceram uma clínica gratuita em Amã e cultivaram um pequeno grupo de seguidores. O MNA ganhou o patrocínio do Mu'tamar Amman (a Conferência de Amã), um consórcio de palestinos e jordanianos ricos com inclinações nacionalistas árabes liderado por Hamad al-Farhan. Na Cisjordânia - na época parte da Jordânia - o MNA encontrou apoiadores entre os clubes profissionais urbanos árabes. (BUCK, 2012, P.8).

O MNA tinha uma separação de poder que era composta por uma liderança operacional formal, composta de seus fundadores - Habash, Haddad, Hani al-Hindi, Ahmad al-Khatib - e seus comandos regionais. Para além da liderança formal, existia

também uma liderança ideológica informal, capitaneada por Muhsin Ibrahim, Hakam al-Darwaza e Ghassan Kanafani sendo os três membros mais proeminentes. Estes escreviam periódicos e publicações do MNA.

Em 1964, houve uma separação entre a liderança ideológica - que focou no trabalho político e ideológico por meio do MNA – e as lideranças organizacionais palestinas, que fundaram o Comando de Ação Palestino (CAP). Este era igual em estatura aos comandos regionais do MNA em cada país Árabe. “Habash e Haddad podiam concentrar a maior parte de sua energia no CAP, deixando o MNA para seus deputados.” (BUCK, 2012, P.10).

A criação de uma estrutura palestina separada dentro do MNA equivaleu à adoção de uma estratégia de luta armada; o CAP essencialmente não tinha outro propósito além da luta armada, ao contrário dos outros Comandos que poderiam participar politicamente e socialmente em suas regiões. (BUCK, 2012, P.10).

Em maio de 1964, o presidente Nasser, estabeleceu a *Majmu'a I-Tahrir al-Filastinia* (a Organização para a Libertação da Palestina, a OLP) sob a autoridade de Ahmad Shuqairi - um político leal a Nasser - como o governo palestino no exílio.

O MNA, como outras organizações políticas, não tinha garantia de assentos com base apenas em ser uma organização política, como mais tarde seria o caso, mas recebeu vários assentos nas delegações libanesa e jordaniana quando o primeiro Congresso Nacional Palestino se reuniu em Jerusalém Oriental em 1964. Dentro de meses da criação da OLP, Shuqairi estava organizando uma ala militar, o Exército de Libertação da Palestina (ELP). O MNA apoiou e participou da OLP, mas também reconheceu a necessidade de responder a uma organização que poderia deslocar os nacionalistas árabes como a ala militante de um movimento emergente. O MNA-CAP lançou uma missão de reconhecimento em Israel para preparar-se para a luta armada, resultando na primeira baixa do MNA quando a missão foi interceptada em 2 de novembro de 1964. O MNA também tentou trabalhar dentro da OLP criando um grupo de comando, Abtal al-'Awda (Heróis do Retorno), oficialmente subordinado ao ELP, mas sob o comando direto de Wadi' Haddad e seus tenentes. (BUCK, 2012, P.10-11).

O MNA, no entanto, não era uma organização hegemônica e logo deparou-se com a criação ou reestruturação de organizações que rivalizaram sua ação política e militar. Uma destas, foi o *Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini*, o *Fatah* (Movimento Nacional de Libertação da Palestina). Buck explora essa questão:

Outro rival do MNA surgiu em meados da década de 1960; a *Haraka at-Tahrir al-Watani al-Filastini* (Movimento Nacional de Libertação Palestino; *Fatah*) existia desde o início até meados da década de 1950, mas só começou suas operações militares em 1965 após o estabelecimento da OLP. O *Fatah* representava o nacionalismo watani, em oposição ao nacionalismo árabe qawmi do MNA. A base para o nacionalismo watani reside em uma identidade nacional compartilhada, distinta da identidade

árabe. Para o Fatah, an-Nakba distinguia os palestinos em seu sentido de estado de apatridia e perda. O Fatah reuniu maoístas e socialistas com islamistas, liberais e nacionalistas, dando algum crédito à sua afirmação de ser um movimento nacional. (BUCK, 2012, P.11).

Denota-se uma diferença clara entre o *Fatah* e o MNA. Para o primeiro, cada operação levada a cabo era motivo de celebração e publicizada por todos os meios disponíveis. Para o segundo, as operações deveriam ser pontuais e evitar qualquer tipo de escalada a ponto de levar o Egito para uma guerra contra a entidade sionista.

A diferença entre o Fatah e o MNA em meados da década de 1960, no entanto, não era sobre quem estava lançando operações armadas - embora o Fatah se apresentasse como o único responsável por essa tarefa - mas se essas operações eram principalmente propagandísticas ou eram um fim em si mesmas. Para o Fatah, cada operação realizada - além de muitas fictícias - era celebrada e transmitida por todos os meios disponíveis em toda a diáspora palestina. O MNA, em contraste, tentou uma política do que Ghassan Kanafani descreveu como "*fawq as-sifr wa taht at-tawrit*" (acima de zero e abaixo do envolvimento). Os comandos do MNA assediariam a fronteira israelense sem ir tão longe a ponto de arrastar o Egito para uma guerra para a qual não estava preparado. (BUCK, 2012, P.11-12).

Sendo um movimento de aspirações nacionais, o *Fatah* cresceu substancialmente nos próximos 2 anos, atraindo militantes das mais diversas matizes e origens, desde estudantes secundaristas, membros da comunidade muçulmana até comunistas e socialistas. O MNA, em contrapartida, perdia quadros para outras organizações palestinas mais vocais, mesmo que em um ritmo lento. Os Nacionalistas se blindaram do crescimento do *Fatah* pela certeza iminente de uma guerra entre os sionistas e o Egito, o que criava a esperança da destruição de Israel e da reconstrução do Estado Palestino.

3.1 A guerra de 1967

A Guerra dos Seis Dias, como é comumente referida, deixou marcas profundas no nacionalismo árabe e no movimento nacional palestino, marcas que sobrevivem até hoje. Seus desdobramentos e consequências geraram alguns dos mais importantes movimentos de resistência da história recente contra a ocupação sionista, ao mesmo tempo em que causou um retrocesso de décadas ao movimento.

Os países árabes se preparavam para uma guerra iminente com Israel, para tal, diversas movimentação foram realizadas entre os governos do mundo árabe.

Nos meses que precederam junho de 1967, as tensões aumentaram rapidamente: em novembro de 1966, Síria e Egito assinaram um acordo de

defesa mútua; em maio do ano seguinte, Nasser ordenou a retirada das tropas da ONU estacionadas no Sinai e na Faixa de Gaza, ocupando as regiões com massivas forças militares; a seguir, o líder egípcio fechou o estreito de Tiran à navegação israelense e, no final desse mesmo mês, assinou um acordo de defesa com a Jordânia. O Iraque, por seu lado, estacionou tropas em território jordaniano. (HUGUENIN, 2013, P. 96)

O aparato de inteligência sionista foi capaz de preparar e executar ataques preventivos a alvos militares dos países árabes, neutralizando suas capacidades defensivas e tornando a guerra terrestre praticamente perdida para os árabes, que não podiam mais contar com o apoio aéreo.

Egito, Síria e Jordânia estavam se preparando para uma guerra com Israel há anos, e a Síria em particular havia se envolvido em uma série de escaramuças com o exército israelense. No verão de 1967, a guerra era iminente. Em 5 de junho, Israel - utilizando uma extensa rede de espões dentro dos militares egípcio e sírio - lançou uma série de ataques aéreos contra as forças aéreas vizinhas quando elas estavam menos preparadas para se defender, neutralizando-as efetivamente. Apesar de um número significativamente maior de tropas, os exércitos árabes foram derrotados assim que perderam sua cobertura aérea. Gaza e a Cisjordânia, o restante da Palestina histórica, foram capturadas, juntamente com as Colinas de Golã (da Síria) e o deserto do Sinai (do Egito). (BUCK, 2012, P.12-13).

Não satisfeito com a vitória, a entidade sionista tentou usar os territórios ocupados como moeda de troca para firmar um acordo de paz com as nações árabes.

Adepto da visão de que os Territórios Ocupados deveriam servir como profundidade estratégica contra futuros ataques, o governo israelense acenou com a possibilidade de negociá-los em um tratado de paz com os países árabes. Estes, no entanto, descartaram essa alternativa na Conferência de Cartum, em setembro de 1967, com seus famosos "Três Nãos": não à paz com Israel; não ao reconhecimento de Israel; não às negociações com Israel. (HUGUENIN, 2013, P. 97)

A guerra significou uma derrota esmagadora para os países árabes, que se viram completamente subjugados pelo poderio militar sionista.

Para os países árabes, a guerra representou uma humilhação inaudita, assim como para a União Soviética, que os armava. O Egito ainda faria uma chamada Guerra de Atrito com Israel na fronteira entre os dois países, entre 1969 e 1970. Mas após a morte de Nasser, tais hostilidades cessaram. Para os palestinos, tornou-se claro que países como Egito, Jordânia e Síria, por serem incapazes de derrotar Israel militarmente, eram também incapazes de fazer avançar seu projeto de libertação nacional. (HUGUENIN, 2013, P. 97)

Segundo Buck, a vitória sionista significou um golpe no nacionalismo árabe que reverbera até os dias de hoje:

Depois de anos incorporando as aspirações do mundo árabe, Nasser

apareceu impotente em sua hora mais significativa. O nacionalismo árabe nunca se recuperou da derrota de 1967, rotulada otimistamente como an-Naksa (o Revés). An-Naksa desencadeou uma crise ideológica dentro do MNA. A unificação do Cairo, Damasco e Bagdá era uma fantasia enquanto uma Jerusalém ocupada os dividia. A libertação da Palestina, tão recentemente uma inevitabilidade na retórica dos nacionalistas árabes, havia se tornado um absurdo a ser negociado em troca de paz com Israel. (BUCK, 2012, P.12-13).

As alas de esquerda e direita do MNA apresentaram divergências interpretativas sobre a guerra. A esquerda, principalmente, dizia que os Estados árabes se demonstraram incapazes de libertar a palestina pois estavam mergulhados em populismos e tomados pela ideologia pequeno-burguesa. (BUCK, 2012, P.13). Para além disso, suas inúmeras tentativas de unificação sofreram do mesmo problema, as lideranças árabes apresentavam discursos progressistas em prol da libertação palestina, mas não conseguiam sair das palavras para a ação.

Mesmo quando os regimes nacionalistas árabes promoviam reformas progressistas, eles impediam a ascensão das massas revolucionárias, permitindo a expansão do capitalismo e do neocolonialismo no mundo pós-colonial. Essa tendência ideológica de esquerda, nascida do, mas em rejeição ao nacionalismo árabe, levou ao que mais tarde foi chamado de Novo Esquerda Árabe. A Esquerda do MNA havia perdido toda fé no poder libertador de Nasser e, no final, tanto a Esquerda quanto a Direita aceitaram a necessidade de uma ação palestina independente e armada. (BUCK, 2012, P.13).

As feridas abertas da guerra de 1967 deram início ao processo de integração das organizações previamente tratadas. Veremos agora o processo que deu surgimento a FPLP, além de sua organização política e ideológica.

4 A FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA

A seguir buscaremos compreender o processo que deu início a FPLP e seus desdobramentos. Os princípios ideológicos e organizacionais da Frente devem ser inseridos dentro de um contexto histórico maior que se seguiu após a derrota árabe na guerra de 1967.

Em dezembro de 1967, negociações entre os dois braços armados do MNA, *Abtal al-'Awda* (Heróis do Retorno) e *Shabab ath-Tha'r* (Jovens da Vingança), e um grupo conhecido como Frente de Libertação da Palestina (FLP), levaram à formação da *Jabha ash-Sha'bia I-Tahrir Filastin* (Frente Popular para a Libertação da Palestina - FPLP). George Habash descreveu a fundação da FPLP em entrevista ao jornalista estadunidense John K. Cooley:

A guerra de 1967 e a nova derrota... provocaram uma revolução completa em nosso pensamento. Decidimos adotar o modelo vietnamita: um partido político forte, mobilização completa do povo, o princípio de não depender de nenhum regime ou governo. A situação agora estava clara. As verdadeiras forças revolucionárias começaram a surgir. Estamos agora nos preparando para vinte anos ou mais de guerra contra Israel e seus apoiadores. Temos mais determinação e táticas de guerrilha para fazê-lo e continuaremos a fazê-lo, não importa quanto Israel seja apoiado pela América. (COOLEY, 1973).

O MNA se tornou uma organização esvaziada e, apesar de existir formalmente, estava praticamente extinta. O declínio do nacionalismo pan-arabista, ou *qawmi*, deu lugar ao nacionalismo *watani*, o nacionalismo regional. As filiais não palestinas do MNA foram dissolvidas ou separadas da liderança palestina, forte indicativo declínio do pan-arabista.

O Fatah obteve apoio popular através da propaganda-do-feito; ou seja, operações armadas contra alvos israelenses. O conceito de libertação era inequívoco para os partidários do Fatah na década de 1960 e início da década de 1970. Quando entrevistados em maio de 1973, tanto Abu Iyad quanto Khalid al-Hassan - dois líderes do Fatah - foram enfáticos ao afirmar que o reconhecimento de Israel e o estabelecimento de um estado palestino na Cisjordânia e Gaza equivaleriam a uma aceitação e derrota. A libertação significava o retorno para todos os deslocados de 1948, e uma nação unificada que abrangesse toda a Palestina histórica, parte integrante da nação árabe maior. Para alcançar esse objetivo, o Fatah e a FPLP estavam de acordo. (BUCK, 2012, P.14-15).

O declínio do MNA deu lugar a ascensão da FPLP, oficialmente fundada em 11 de dezembro de 1967. A nova organização se inspirou nas Frentes Argelinas e nos combatentes vietnamitas.

Em agosto de 1968, a primeira conferência da FPLP foi realizada em Amã,

capital da Jordânia. A conferência produziu um relatório político básico que incluía uma análise da história moderna do movimento nacional palestino que atestava que:

(...) a experiência de nossos países e a dos movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina têm provado o fracasso e a incapacidade da ideologia feudalista em liderar a luta pela libertação nacional. Também provaram a futilidade da ideologia da burguesia, que leva seu país a depender de, e aliar-se com, o colonialismo e o imperialismo. Além disso, a ideologia da pequena burguesia provou ser incapaz de resolver, e despreparada para resolver, os dilemas da libertação nacional ou adotar uma política de luta de longo prazo contra o imperialismo e as forças aliadas a ele. (FPLP, 1968, P.169).

O relatório chegou à conclusão de que a retomada dos territórios perdidos e a destruição do sionismo dependia da adoção de uma ideologia revolucionária científica (socialismo científico), anti-imperialista, anti-sionista, anti-reacionária e anti-subdesenvolvimento. A conferência também chegou às conclusões de que eram necessárias ações para aumentar a consciência política nacional das massas, rejeitar quaisquer propostas derrotistas – a exemplo da Resolução 242 do Conselho de Segurança de 22 de novembro de 1967 – e o desenvolvimento e radicalização do movimento de libertação nacional do mundo árabe através da colaboração e estreitamento dos laços com o movimento de resistência palestino.

Francesco Saverio Leopardi, em seu artigo “The Popular Front for the Liberation of Palestine in Decline (1982-2007). Political Agency and Marginalisation”, descreve mais a fundo organização da Frente.

A FPLP adotou o marxismo-leninismo como doutrina política oficial da organização. Esta transição ideológica ocorreu em 1969, durante seu segundo congresso geral, o que representou a consolidação da transição do nacionalismo de direita do MNA para a esquerda radical e revolucionária.

Em termos de doutrina política e militar, a FPLP se inspirou em diferentes experiências do marxismo global que foram adaptadas ao caráter nacionalista da luta palestina. De acordo com os princípios leninistas, a FPLP se via como a 'vanguarda da classe trabalhadora' destinada a 'mobilizar e preparar' as massas palestinas para desempenhar seu 'papel histórico na autodeterminação e na libertação nacional'. (LEOPARDI, 2017, P.56).

O centralismo democrático foi adotado como princípio organizacional que norteava e regulava a disciplina do partido e as relações entre os diferentes órgãos da Frente. O órgão máximo da organização era seu congresso nacional, que ficou encarregado de definir e promulgar a linha oficial, tática e estratégia e eleger membros para os principais cargos de liderança. A linha partidária era definida entre

as seções do congresso nacional pelo comitê central. O Bureau Político e a Liderança Central, capitaneada pelo Secretário-Geral, cumpriam o papel de definição de linha quando o Comitê Central não estava em sessão.

A linha de ação da Frente sofreu grande influência de outros revolucionários anti-imperialistas, como Frantz Fanon, Che Guevara e Ho Chi Minh, essa influência se deu, principalmente na adoção da estratégia da luta armada e a guerra de guerrilhas contra a entidade sionista. Essa estratégia apresentou um cenário de atuação em diversos frentes.

Na época, para a FPLP, a guerra de guerrilha era a ferramenta apropriada para liderar uma luta de longo prazo capaz de esgotar o inimigo tanto psicologicamente, desmantelando o objetivo de Israel de fornecer segurança a seus cidadãos, quanto economicamente, obrigando-o a adotar medidas de defesa caras para combater os ataques transfronteiriços dos combatentes palestinos. Além disso, essa estratégia militar também permitia à FPLP mobilizar as massas palestinas e educá-las nos princípios do marxismo-leninismo, realizando assim as condições necessárias para uma guerra popular de base. (LEOPARDI, 2017, P.56-57).

Outra grande influência para a Frente foi o pensamento do presidente Mao Tse-Tung. O pensamento Mao emergiu nas fileiras da FPLP, principalmente com a adoção das categorias de “contradição primária e secundária”, em um esforço coordenado de delimitar a prioridade de suas lutas. Foi estabelecido que a contradição primária era a luta contra Israel e o sionismo, deixando as contradições de classe do próprio povo palestino em segundo plano. Leopardi, ao tratar sobre a influência do pensamento Mao na Frente, diz:

O maoísmo estava na base da visão da FPLP sobre a política mundial, com seus atores divididos em 'campos de amigos e inimigos' nos níveis nacional, regional e internacional. Portanto, a revolução palestina era antes de tudo uma luta pela libertação nacional, mas ao mesmo tempo também fazia parte de uma luta regional contra 'regimes reacionários', como as monarquias do Golfo ou a Jordânia, que colaboravam com o 'imperialismo internacional', principalmente identificado com os Estados Unidos, o inimigo máximo na escala global. Da mesma forma, as organizações palestinas companheiras eram aliadas da FPLP no nível nacional, enquanto regimes nacionalistas como o Egito nasserista e o Iraque ba'athista eram parceiros na região do Oriente Médio. (LEOPARDI, 2017, P.57).

A revolução palestina, para a Frente, era também um esforço em um movimento revolucionário global contra o capitalismo, o imperialismo e o neocolonialismo, o que levou a organização a buscar relações amigáveis e de cooperação com a União Soviética e os países do bloco socialista que, na época, eram os maiores patrocinadores de movimentos anticoloniais e de libertação nacional, a exemplo de Argélia, Vietnã, Cuba, Moçambique, entre outros.

4.1 Um início conturbado

A Frente começa suas operações no mesmo ano de sua fundação e, até o final da década de 60 realiza as chamadas “operações externas”, as quais levou a cabo em várias partes do mundo, de 1968 até a metade da década de 1970. A atuação transnacional da FPLP criou laços de amizade com outras organizações de esquerda, como o Exército Vermelho Japonês. Suas ações iam desde operações armadas contra as forças de ocupação sionistas, até sequestros de aviões e colaboração com organizações irmãs.

Entre essas operações, a FPLP adquiriu fama mundial por seus sequestros de aviões, especialmente aqueles realizados pela primeira vez por uma agente feminina, Leila Khaled, que se tornou um símbolo do movimento global anti-imperialista. No entanto, essas operações também incluíram colaboração com grupos armados marxistas em todo o mundo, como o Exército Vermelho Japonês, cujos combatentes receberam treinamento nos campos militares da FPLP e realizaram ataques em seu nome, como o ocorrido no aeroporto de Lod em 30 de maio de 1972. O conceito subjacente a esse tipo de ataque era que "a geografia não importava muito na guerra total contra o imperialismo". Na visão da FPLP, o surgimento da causa palestina resultou da ação de atores globais como a Grã-Bretanha imperial, o sionismo mundial e os Estados Unidos. Consequentemente, isso permitiu que atores revolucionários atingissem os "interesses imperialistas" em todo o mundo e atacassem o inimigo "em qualquer lugar". (LEOPARDI, 2017, P.57-58).

Estas operações criaram uma distinção entre a atuação da FPLP e do *Fatah*, o primeiro era visto como terrorista, enquanto o segundo era visto como o grupo guerrilheiro. Buck explora essa caracterização ao discutir a ascensão do *Fatah* na mesma época em que a FPLP enfrentava algumas dificuldades internas:

Para combater tanto um desafio interno de liderança de esquerda quanto o surgimento mais grandioso da *Fatah*, Wadi' Haddad organizou o Aparato Especial, uma ala da FPLP que realizava operações internacionais, especialmente sequestros. (BUCK, 2012, P.18).

Episódio marcante das operações do Aparato Especial, o sequestro do voo de *El Al* (companhia aérea israelense), que ia de Roma a Tel Aviv ficou marcado como selo da atuação da Frente. Em 23 de julho de 1968, O avião foi levado para Argel, onde os passageiros foram utilizados como moeda de troca para a libertação de prisioneiros palestinos em prisões israelenses. Esse tipo de operação se mostrou um método de contraposição aos ataques de guerrilha ineficazes levados a cabo pelo *Fatah*. De 1969 até 1970, a FPLP expandiu em grande escala suas operações

internacionais, recebendo tanto apoio quanto represália da comunidade internacional, enquanto tomava para si parte do destaque atribuído ao *Fatah*.

George Habash, em entrevista a Clovis Maksoud, descreveu as intenções da Frente por trás dos sequestros de aviões:

Nossa ação foi um símbolo, e nós dissemos que se todo o movimento de resistência seguir essa estratégia, ameaçaria os interesses imperialistas no mundo árabe. Não buscamos substituir o movimento nacional árabe, mas sim trabalhar junto com ele. Mas também existem as características específicas do povo palestino e sua causa. Acredito que o povo palestino, que não vive todo em seu próprio país onde podem confrontar o exército da ocupação israelense, está justificado em atacar os interesses israelenses, sionistas e imperialistas onde quer que estejam. (MAKSOUND, 1973, P.79-80).

A FPLP tinha como objetivo final a criação de um Estado socialista em toda a região do Levante e contribuiu com esse debate ao final da década de 1960. Essa visão pan-árabe de revolução socialista internacional era o norte político da organização após a derrota do sionismo.

Essa visão de uma entidade árabe unificada foi combinada com ideias emprestadas da experiência da resistência vietnamita contra a agressão dos EUA (LEOPARDI, 2017, P.58).

A união árabe contra a entidade sionista era imperativa para o sucesso da resistência no reestabelecimento do Estado da Palestina. A capital da Jordânia, Amã, logo se tornou a “Hanoi Árabe”, por sua importância política e estratégica e por ser a principal base das organizações da resistência palestina que lá se instalou entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970.

O objetivo da FPLP de reverter a monarquia jordaniana foi melhor expresso pelo famoso lema atribuído a George Habash: "o caminho para Jerusalém passa por Amã". (LEOPARDI, 2017, P.58).

As dimensões transnacionais da Frente se estendiam ao apoio que esta gozava de governos e nações aliadas à causa palestina. Este apoio sofreu reveses com o tempo, tanto pela linha ideológica da Frente, quanto pelas suas ações. Os sequestros de aviões causaram tensões entre a Frente e o governo egípcio.

No outono de 1968, Nasser temia que seu regime fosse culpado pelos sequestros e, depois que a FPLP publicou um manifesto crítico à RAU, ele retirou todo o apoio militar - armas, suprimentos e treinamento - para a Frente Popular, transferindo seu apoio ao Fatah mais moderado. (BUCK, 2012, P.18).

O governo sírio *Ba'athista*, mais alinhado à FPLP, optou por apoiar sua própria

organização, o *Sa'iqa* (Vanguarda da Guerra Popular de Libertação). Não fosse pela revolução *Ba'athista* no Iraque - que inicialmente não contava com uma milícia própria e, competindo com seus rivais sírios, enviaram dinheiro e armas para a FPLP – a Frente poderia ter se encontrado em um cenário no qual não receberia qualquer tipo de apoio externo.

A Líbia, que a princípio seria uma patrocinadora da frente, também mudou de posição após fala do presidente Mu'ammar al-Kadhafi, que disse sobre a FPLP: "Eles não são *fedayeen*. Eles são realmente agentes. Eles são defensores da divisão e teorias e não defensores da luta armada". (BUCK, 2012, P.19).

A relação da Frente com os Estados Árabes ficou marcada por tensões, como no caso da Arábia Saudita que, em episódio conturbado, mandou guerrilheiros para as colinas do Golã após ser negado financiamento por parte do governo saudita.

A FPLP não tinha medo de fazer inimigos poderosos. Após a Arábia Saudita recusar-se a fornecer financiamento, a FPLP enviou comandos em maio de 1969 para as Colinas do Golã ocupadas para sabotar o oleoduto TAPLINE, que transportava petróleo do Golfo para o porto de Saida, no Líbano, custando à monarquia milhões. Trinta e oito membros do PFLP foram expulsos da Arábia Saudita no mês seguinte em retaliação. (BUCK, 2012, P.19).

As operações externas da Frente criaram muitas preocupações nas monarquias árabes pró ocidente e nos próprios governos ocidentais. O escritório da *El Al* na Europa foi bombardeado e negócios israelenses no exterior foram atacados. Quatro comandos atacaram um avião da companhia que estava parado no aeroporto de Zurique, na Suíça, em fevereiro de 1968. Figura proeminente da FPLP, Leila Khaled ganhou grande destaque durante o período das operações externas. Sempre equipada com sua *keffiyeh*, a guerrilheira palestina participou de outro sequestro que ganhou notoriedade e se tornou um dos mais famosos da história da atuação do grupo:

Outro sequestro de avião em 29 de agosto de 1969 atraiu atenção internacional. A imagem de uma das sequestradoras, Leila Khalid, usando um keffiyeh como lenço de cabeça e segurando um Kalashnikov, foi divulgada na imprensa ocidental. (BUCK, 2012, P.20).

Apesar de ser uma organização minoritária dentro do movimento de resistência, a Frente assumiu protagonismo por suas operações e atraiu simpatia e favoritismo por parte da esquerda mundial. Buck relata que, em ocasião de conferência realizada pelo *Fatah*, onde 145 estudantes internacionais foram convidados aos acampamentos da organização, estes criticaram sua atuação e se

demonstraram mais inclinados à FPLP. (BUCK, 2012, P. 20).

Quatro organizações de resistência se juntaram em abril de 1969 em uma tentativa de unir forças na criação de uma nova organização, o Comando de Luta Armada da Palestina, eram elas: *Fatah*, *as-Sa'iqa*, o Exército de Libertação da Palestina e a FDPLP (Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina). Apenas uma organização recusou-se a participar dessa nova organização: a FPLP.

Seu principal método de confronto já não era compatível com as incursões noturnas e bombardeios transfronteiriços de seus rivais. Os sequestros de aviões e os ataques a oleodutos representavam uma ameaça tangível ao capital ocidental no mundo árabe, mas não deixavam espaço para escalada. Eles poderiam permanecer como uma irritação constante para o imperialismo no Oriente Médio, mas não poderiam derrubar regimes corruptos e autoritários, nem libertar a Palestina. (BUCK, 2012, P.20).

4.2 O maior inimigo dos socialistas: outros socialistas

A Frente manteve relações com as principais facções do movimento de resistência palestino, estas evidenciaram, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da fragmentação da esquerda palestina e as relações com a principal força da OLP: o *Fatah*.

A oposição ao *Fatah*, enquanto moldava as políticas da FPLP desde sua fundação, também produziu uma tensão devido à participação da Frente Popular na plataforma comum da OLP. Essa tensão acabou desempenhando um papel central na influência da trajetória da FPLP ao longo das décadas que se seguiram à expulsão da OLP do Líbano. (LEOPARDI, 2017, P.59).

Durante seus primeiros anos de existência, a Frente Popular sofreu com diversos movimentos dissidentes que geraram outras organizações. Para Leopardi, estes movimentos dissidentes tomaram forma dentro das linhas político-ideológicas das correntes internas da FPLP e acompanharam os debates e disputas entre a liderança da ala direita, da ala esquerda e, ainda, entre os grupos do MNA e da FLP (Frente de Libertação da Palestina). (LEOPARDI, 2017, P.59).

A primeira fragmentação ocorreu em 1968, quando *Ahmad Jibril*, ex-oficial militar do exército sírio e líder da FLP, angariou forças e se separou da Frente para estabelecer uma nova organização, A FP-CG. O surgimento desta nova organização refletiu uma contradição candente dentro do movimento de resistência palestino: a dispersão geográfica de seus quadros e equipamentos.

(...) Ahmad Jibril, ex-oficial militar do exército sírio e líder da FLP, decidiu se

separar da FPLP para estabelecer a Frente Popular para a Libertação da Palestina-Comando Geral (FP-CG). O grupo se separou principalmente para manter o controle sobre o antigo pessoal e infraestrutura da FLP, mas também por causa de seu interesse em priorizar a ação militar sobre teorias e disputas ideológicas às quais a FPLP dava maior importância. (LEOPARDI, 2017, P.59.).

Em tempo, a FP-CG adotou uma política mais militarizada devido à experiência de seus quadros no exército sírio. Em contrapartida, a FPLP, liderada por Habash, amadureceu politicamente dentro de um contexto maior de ativismo político em Beirute: “(...) onde as orientações ideológicas tiveram um papel maior na formação de sua consciência política”. (LEOPARDI, 2017, P59).

As dimensões internacionais do movimento de resistência se tornaram mais claras à luz do surgimento da nova organização, que foi patrocinada pelo governo sírio em um movimento de favoritismo em relação à FPLP.

Damasco visava expandir sua influência sobre a OLP e encontrou no grupo de Jibril um parceiro adequado para esse objetivo. Por sua vez, a FP-CG dificilmente teria sido um ator político eficaz dentro do movimento nacional sem o patrocínio direto da Síria. (LEOPARDI, 2017, P.59-60).

A FPLP sofreu um grande revés em março de 1968, quando George Habash foi temporariamente detido na Síria enquanto tentava angariar apoio do governo Ba'athista. A prisão de Habash levou à novos movimentos secessionistas dentro da Frente.

Habash havia sido capaz de mediar disputas e impedir que o MNA se fragmentasse, mesmo enquanto claramente representava um lado do debate. Com o Secretário-Geral preso, não havia nada para impedir que uma facção de Esquerda ascendente e uma facção de Direita beligerante se separassem ou escalassem suas divergências para a violência. (BUCK, 2012, P. 20).

Esta divisão ocorreu em 1969, quando a ala minoritária de esquerda, liderada por Nayef Hawatmeth, criou a Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina, posteriormente renomeada Frente Democrática para a Libertação da Palestina. (FDLP)

Nayef Hawatmeth, um jordaniano da cidade de Salt, abandonou o semi-extinto MNA para se juntar às fileiras da FPLP e, junto com o palestino Yasser 'Abd Rabbo, constituiu a liderança da linha esquerda da organização.

Os esquerdistas vinham principalmente de regiões onde as circunstâncias os forçavam a trabalhar em estreita colaboração com os comunistas locais — Líbano, Iraque e Cisjordânia. Em áreas onde o MNA tinha uma relação hostil com os comunistas, como na Síria, ou onde os comunistas eram

relativamente ausentes, como em Gaza, os quadros do MNA estavam firmemente alinhados com a Direita. (BUCK, 2012, P. 21).

Devido a prisão de Habash, a ala esquerda conseguiu, por um breve período de tempo, se tornar a liderança da Frente e, nesse período, produziu o antes mencionado Relatório Político Base em nome de toda a Frente. Apesar de ter sido escrito por uma ala e não pela organização como um todo, o Relatório serviu de contrato ideológico formal. Um dos pontos defendidos pelo relatório era:

"A unidade de todas as classes e forças políticas sob a liderança das classes revolucionárias que empunharam armas ao longo da história moderna da Palestina. São os filhos dessas classes que atenderam ao chamado às armas desde junho de 1967. A história moderna do povo da Palestina, e a das guerras de libertação popular em todos os países subdesenvolvidos, prova que as classes trabalhadoras e camponesas são aquelas que estão preparadas para empunhar armas e travar uma guerra de longo prazo contra os inimigos da libertação nacional, ou seja, o imperialismo e seus agentes." (KADI, 1969, P. 145-171)

Buck relata que ao reiterar a necessidade da Frente de evitar a dependência do apoio dos governos árabes - seja dos governos reacionários do Golfo, Líbano e Jordânia, seja dos governos "progressistas" do Egito, Síria e Iraque - o relatório também criticou a liderança do *Fatah* e da FPLP, já que estas evitavam confrontos diretos com os governos da Jordânia e Líbano. (BUCK, 2012, P. 21).

Em novembro de 1968 Habash foi resgatado da prisão por Wadi' Haddad e, ao retornar à Jordânia, encontrou uma organização dividida: "A ala direita controlava a ala armada e as finanças da FPLP, permitindo que isolasse a esquerda, que foi forçada a agir de forma independente". (BUCK, 2012, P. 22).

O grupo liderado por Hawatmeth (a ala esquerda da Frente) pedia o corte de todas as relações com os governos árabes, fossem eles "progressistas", "nacionalistas" ou "tradicionalistas". O mesmo grupo criticou outras organizações do movimento de resistência palestina, como a OLP e o *Fatah*.

(...) argumentando que (1) essas organizações, assim como os regimes árabes "nacionalistas", eram lideradas pela pequena burguesia em ideologia e liderança, o que se mostrou um fracasso durante a guerra de 1967; (2) que estas eram "direitistas" e não revolucionárias, embora pudessem estar engajadas na luta armada contra a ocupação israelense; e, portanto, concluíram que (3) nenhuma aliança deveria ser feita com eles. (ITTAYEM, 1977, P. 234).

A ala majoritária da FPLP – controlada por Habash – em contrapartida, tratou sobre a necessidade de se manter algum nível de relação com os governos nacionalistas, assim como com a pequena-burguesia, com o objetivo de garantir o apoio financeiro, político e militar destes à Frente, o que era essencial para a sobrevivência e desenvolvimento da organização e do movimento de resistência como um todo.

Habash também afirmou que os palestinos estão travando uma guerra de libertação nacional que requer a mais ampla mobilização possível dos diferentes setores do povo palestino, sendo que muitos deles são pequenos burgueses. Ele também enfatizou o caráter especial da pequena burguesia palestina, que a torna mais revolucionária do que sua contraparte não-palestina (árabe), já que esta está sozinha engajada na luta armada e está fora do poder. E devido ao seu grande tamanho e suas habilidades administrativas, técnicas e intelectuais, essa classe, ele sentia, tem um papel importante a desempenhar na luta pela libertação nacional. (ITTAYEM, 1977, P. 235).

Na leitura da ala de Habash, alienar esta classe ao colocá-la no campo do inimigo, seria prejudicial para o movimento de resistência e para a luta de libertação nacional em sua totalidade. No entanto, a ala majoritária concordava com os secessionistas de esquerda, no sentido de não permitir o protagonismo da pequena-burguesia no processo revolucionário.

(...) devido ao que se acredita ser o caráter indeciso e vacilante dessa pequena burguesia, Habash alertou contra permitir que essa classe liderasse a luta revolucionária, enfatizando que ela deve estar nas mãos daqueles que ele considerava comprometidos com a ideologia do proletariado. (ITTAYEM, 1977, P. 235).

Para Ittayem, ambas as alas concordavam com a análise de Hawatmeth que advogava por uma guerra popular prolongada de libertação contra o imperialismo, o sionismo e o tradicionalismo árabe – representado pelos governos e monarquias árabes - e defendiam o estabelecimento de um partido marxista-leninista comprometido com a ideologia do proletariado e do campesinato. Para Habash, essa contradição com os governos árabes não deveria se manifestar às custas do que ele considera uma contradição primária entre o movimento de resistência palestino e árabe, de um lado, e o imperialismo, sionismo, Israel e conservadores árabes, do outro. Ou seja, para Habash, o relacionamento do movimento palestino com os governos nacionalistas deveria ser uma aliança e um conflito, em uma relação dialética. A aliança com esses governos se daria em sua luta contra o imperialismo e a entidade sionista. No entanto, o conflito com eles se daria sobre as

bases do que é descrito como sua política de capitulação e rendição. (ITTAYEM, 1977, P. 238).

Apesar das concordâncias, Habash ainda defendia cautela e clareza na definição de objetivos estratégicos e na tomada de posições políticas.

(...) a determinação de posições políticas específicas em um período específico não deve ser feita apenas com base nos objetivos estratégicos postulados, mas também à luz do equilíbrio de forças existente. Caso contrário, o resultado final é considerado levar ao que é descrito como oportunismo político (seja à direita ou à esquerda) e "infantilismo esquerdista", que, por sua vez, levariam à derrota das forças revolucionárias e ao triunfo do que é percebido como uma contrarrevolução. (ITTAYEM, 1977, P. 236)

A capacidade da Frente de articular estratégia e tática (longo prazo e médio prazo) – ao invés vez de apenas se reduzir à teoria, sem levar em conta a prática – foi tida como o critério mais importante para a conquista de seus objetivos estratégicos, por ambas as alas, minoritária e majoritária.

É dentro desse contexto que Habash rebateu os argumentos ideológicos da ala esquerda. Ele concordou com a análise de que o conflito entre o movimento revolucionário e as forças contrarrevolucionárias era inevitável, apesar de levantar preocupações sobre as posições apressadas da oposição minoritária.

Ele considerou essa posição estrategicamente sólida. No entanto, sua solidez não significava, segundo Habash, que a revolução deveria, ou mesmo poderia, imediatamente iniciar sua batalha decisiva contra essas forças, independentemente do equilíbrio prevalecente. (ITTAYEM, 1977, P. 236-237).

Outra tese que foi compartilhada por ambas as alas, era de que o proletariado deveria, necessariamente, liderar a aliança de classes das diversas forças revolucionárias (incluindo a pequena-burguesia) e que deveria constituir-se como o núcleo da unidade nacional palestina ao longo do processo revolucionário. No entanto, isto não aconteceria de forma artificial.

Isto não significava que a organização "esquerdista" (a Frente Popular) ou o "avanço do proletariado" estivessem totalmente equipados para liderar tal aliança imediatamente e sem levar em consideração as relações de poder existentes entre as diferentes organizações guerrilheiras. O papel de liderança do proletariado, Habash enfatizou, não se materializará simplesmente proclamando-o, ou inscrevendo-o no papel ou exigindo que outros reconheçam o direito do proletariado de liderar. Ela surgirá, explica ele, apenas como resultado do processo dialético de luta ideológica através do qual a classe trabalhadora e sua vanguarda ganharão controle do movimento. Enquanto isso, acrescenta ele, e até que as condições objetivas da revolução tenham atingido o nível de consciência que permita ao proletariado assumir seu papel de liderança, eles não devem recusar a

trabalhar com a pequena burguesia ou suas organizações, desde que estas continuem a defender os objetivos estratégicos da revolução. (ITTAYEM, 1977, P. 237).

Os esforços diplomáticos de Habash ao tentar contornar as desavenças e até mesmo os pontos de convergência entre as duas alas, não foram o suficiente para apaziguar as disputas entre a esquerda e a direita e o descontentamento da ala esquerda com os rumos políticos e ideológicos da organização se tornaram irreconciliáveis.

Habash pôde ter esperado usar sua mediação para restaurar algum tipo de unidade, mas a esquerda já estava negociando sua deserção. Com a ajuda e proteção do as-Sa'iqa e do Fatah, a esquerda se estabeleceu como uma organização independente, Jabha ash-Sha'bia ad-Demoqratia I-Tahrir Filastin (Frente Democrática Popular para a Libertação da Palestina; FDPLP). (BUCK, 2012, P.22).

A criação da nova organização e a retirada da Frente Popular foi acompanhada pela saída da FDLP do MNA e representou uma desvinculação total da organização mãe.

Esta cisão foi criticada por Habash e seus companheiros como um ato de divisão e secessão. Em um comunicado publicado em 15 de fevereiro de 1969, Habash os chamou de: "(...) um grupo oportunista de "intelectuais adolescentes de café" que assinavam o socialismo científico apenas de nome, e que buscavam impedir o processo revolucionário da Frente." (ITTAYEM, 1977, P. 233).

Os separatistas eram vistos pelo Frente como um grupo de intelectuais pequeno-burgueses apartados da prática real. Suas análises, avaliações e posições eram tidas como abstrações idealistas baseadas apenas em textos teóricos, sem lastro com a realidade. Segundo a Frente, seus cálculos estratégicos eram abstrações e não estavam relacionados à estratégia da revolução.

Eles entendem o marxismo-leninismo de maneira literal e idealista e gostam de seus conceitos, slogans e complexidade, às vezes a ponto de tornar esse pensamento incompreensível para as massas trabalhadoras e camponesas não educadas. Seu interesse próprio e ambições pessoais os levam a adotar uma perspectiva unilateral que trata a realidade não objetivamente, mas em termos do que melhor serve aos seus propósitos. Eles estão mais preocupados com a retórica revolucionária do que com a ação revolucionária e, conseqüentemente, vivem em uma contínua contradição entre teoria e prática. (ITTAYEM, 1977, P. 240-241).

Este amplo movimento de cisão dentro Frente, que gerou a FDLP e também a FP-CG, demonstrou a importância e o peso de uma "liderança pessoal" ou

“chefatura” na política palestina:

“Ambos os grupos dissidentes foram formados em torno de uma figura proeminente, particularmente no caso da FDLP, em contraste com a liderança autoritária de Habash”. (LEOPARDI, 2017, P. 60)

A divisão que gerou a FDLP também significou um exemplo da capacidade da liderança do *Fatah* de se aproveitar das divisões dentro de suas organizações rivais para edificar sua posição dentro do movimento de resistência palestino:

“O apoio militar do *Fatah* parecia essencial para a ala esquerda fragmentada da FPLP devido ao seu menor número, bem como à potencial repressão que poderia vir dos militantes leais a Habash”. (LEOPARDI, 2017, P. 60)

A FDLP batalhou para garantir sua sobrevivência após a cisão. Simpatizantes libaneses e iraquianos foram fundamentais ao emprestar quadros e dissidentes ba'athistas e comunistas que haviam formado pequenas organizações. Estes se juntaram às fileiras da nova Frente. Buck denota que o maior ganho numérico, no entanto, veio quando a maioria dos quadros da Organização Popular para a Libertação da Palestina (OPLP), de tendência maoísta, se juntaram às fileiras da FDLP, aumentando seus números para, pelo menos, 500 militantes. (BUCK, 2012, P. 22)

O governo sírio também foi um patrono importante para a edificação da FDLP como força basal da resistência palestina:

A FDLP também se beneficiou do patrocínio sírio, que incluía armas e o uso de instalações de treinamento militar sírias. Embora a FDLP não conseguisse competir com as maiores organizações em força de combate, ele conseguiu puxar o movimento para a esquerda. No final dos anos 1960, foi um dos desenvolvimentos mais promissores na esquerda árabe, mas os custos de manter uma resistência armada endividaram a FDLP com seus patrocinadores sírios. Ela não podia competir com as maiores organizações sem o apoio sírio, que era condicional às ações da FDLP. (BUCK, 2012, P. 22-23)

5 OS ÁRABES DECLARAM GUERRA - A SI MESMOS

O *Fatah*, a FPLP e a FDLP, apesar de suas diferenças políticas e ideológicas, complementaram suas ações militares em um esforço conjunto para construir apoio popular ao movimento de resistência, fornecendo serviços nos campos de refugiados e nas aldeias Jordanianas. Buck relata que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) era responsável por gerir escolas e clínicas em campos de refugiados. A UNRWA também fornecia alimentos e outras necessidades aos refugiados que, muitas vezes, não conseguiam encontrar trabalho nos países que os recebiam. No entanto, serviços fornecidos pela ONU não atendiam às necessidades dos refugiados, o que fez com que as organizações de resistência tentassem preencher essa lacuna, ao mesmo tempo em que tornavam esses serviços mais adaptados às realidades particulares de cada grupo. (BUCK, 2012, P. 23)

O *Fatah*, sendo uma organização maior, foi capaz de estabelecer serviços necessários para os refugiados locais. Na Jordânia, em diferentes campos de refugiados, a organização criou sete clínicas e um hospital, sendo capaz de atender os necessitados e treinar dezenas de enfermeiras. A FPLP, por ser uma organização menor, oferecia serviços mais básicos nas aldeias.

A FPLP, em suas tentativas modestas de estabelecer apoio entre a população jordaniana, oferecia serviços médicos nas aldeias. A FPLP estabeleceu sindicatos, uma organização feminina e uma milícia na cidade de Zarqa, mas isso nunca atingiu um nível de massa. (BUCK, 2012, P. 24)

Esta disparidade de recursos entre o *Fatah* e as outras organizações é explorada por Buck, em um cenário onde a FPLP e a FDLP foram prejudicadas por seus recursos financeiros limitados. Enquanto o *Fatah* conseguia pagar salários aos seus combatentes, a Frente Popular só podia oferecer um pequeno auxílio. Já a FDLP era incapaz, sequer, de pagar algo. (BUCK, 2012, P. 24)

As ações da FPLP e da FDLP nas vilas da Jordânia criaram bases para o surgimento de movimentos populares, milícias populares, sindicatos e grupos femininos que buscavam estabelecer um governo socialista. Estas movimentações acenderam um alerta na monarquia jordaniana. Apesar disso, estes nunca atingiram uma escala capaz de sustentar os esforços de uma revolução prolongada.

A amplitude dos serviços prestados pela OLP e pelas organizações dentro dela criou uma situação de Inuajia as-Sulta, ou Poder Dual. A monarquia e

a OLP apresentavam características de um estado em funcionamento, muitas vezes de forma redundante, sem que um fosse subordinado ao outro. (BUCK, 2012, P. 24)

Esta situação tornou-se insustentável e, logo, acabou por se transformar em um cenário de conflito entre a monarquia e a resistência palestina.

O rei Hussein da Jordânia consolidou o exército sob seus oficiais mais leais para evitar qualquer divisão. Ele também procurou restringir as operações dos *fida'i*, limitando os espaços em que os combatentes podiam operar a alguns poucos pontos de fronteira e prendendo aqueles que não respeitassem essas novas limitações. Apesar da proliferação de hospitais e escolas entre a comunidade de refugiados na Jordânia, as organizações da OLP não conseguiram expandir sua base para a população nativa jordaniana. George Habash refletiria mais tarde: "o movimento de resistência se comportou como se fosse um substituto para o movimento nacional jordaniano, não tendo nem programa nem diretivas para cumprir os deveres desse papel". Este seria o maior fracasso do movimento de resistência na Jordânia. (BUCK, 2012, P. 24-25)

Para Leopardi, a contradição entre interferência ou não-interferência nos assuntos árabes, particularmente na Jordânia, representou um acirramento das tensões entre a OLP e o governo jordaniano, o que, em última instância, levou à expulsão da resistência daquele país.

O Fatah apoiava a não interferência nos assuntos árabes, enquanto a FPLP gradualmente intensificava, entre 1968 e 1970 seus apelos pela derrubada da monarquia Hachemita na Jordânia. De fato, enquanto a FPLP e a FDLP buscavam ativamente um confronto com as autoridades jordanianas, o Fatah parecia mais hesitante em relação a um confronto militar aberto. Em última análise, a retórica da FPLP sobre a 'dualidade de poder' na Jordânia contribuiu para o acirramento das tensões entre as organizações armadas e o governo jordaniano, desempenhando um papel significativo na decisão do rei Hussein de expulsar militarmente a OLP do solo de seu país em setembro de 1970. (LEOPARDI, 2017, P. 63-64)

5.1 O Setembro Negro

As tensões entre a resistência palestina e a monarquia Hachemita não ficaram sem resposta por parte do governo Jordânico.

Em fevereiro de 1969, Sharif Nasr Bin Jamil, tio do rei, foi nomeado comandante do exército. Ele e o Ministro do Interior, General Kailani, iniciaram uma campanha para expurgar nacionalistas árabes do exército e gradualmente confinar o movimento guerrilheiro em espaços fortemente regulados e não ameaçadores. (BUCK, 2012, P.25)

A monarquia começou a reprimir os campos de refugiados e logo a resposta por parte da resistência veio.

Um ano depois, quando o governo estendeu sua repressão aos campos de

refugiados, a FPLP arrastou a Fatah para um confronto com o regime ao atacar uma estação de rádio estatal. Em uma das primeiras batalhas da Guerra Civil Jordânica, a "FPLP conseguiu reunir apenas algumas centenas de homens, mas a ousadia de sua ação obrigou a Fatah a apoiá-la e a comprometer mil homens ou mais." Em 11 de junho de 1970, a FPLP ocupou dois hotéis em Amã, o Philadelphia e o Intercontinental, e usou 68 turistas como reféns para forçar a monarquia a demitir Sharif Nasr e o primo do rei e comandante das forças blindadas, Sharif Zaid bin Shagr, e a encerrar o ataque aos campos de refugiados. Confrontos isolados entre guerrilheiros e tropas jordanianas já haviam manchado a relação da OLP com o Rei Hussein, mas agora uma organização da OLP estava desafiando e coagindo a própria monarquia. Ambos os lados começaram a se preparar para uma guerra civil. (BUCK, 2012, P. 25-26)

Neste cenário de guerra anunciada, Buck relata que, à época, o exército jordaniano ainda estava se recuperando de suas perdas na Guerra de 1967, e seu exército estava dividido sobre os *fedayeen*, já que muitos dos soldados eram palestinos. A resistência palestina somava aproximadamente 25000 guerrilheiros, junto com milhares de tropas regulares do ELP, mas só em maio de 1970 foi possível estabelecer um Comando Unificado da resistência e, mesmo assim, suas partes constituintes ainda eram majoritariamente autônomas. (BUCK, 2012, P. 27)

O rei Hussain esperava por uma desculpa para destruir a resistência palestina em seu país, no dia 6 de setembro de 1970, ele a encontrou em mais uma das ações da FPLP, realizada nos céus da Europa.

Neste dia, quatro aviões de passageiros com destino a Nova Iorque mudaram de rota no meio do voo após comandos da FPLP, armados com armas e granadas, tomarem o controle dos aviões.

Dois foram desviados para Dawson's Field, uma base aérea abandonada da RAF britânica nos arredores de Amã, enquanto o terceiro acabou no Cairo após uma breve parada em Beirute. O quarto avião, um jato da El Al, fez um pouso de emergência em Londres após seus dois sequestradores serem subjugados, um deles morto. O outro, Laila Khalid, já notória por um sequestro bem-sucedido no ano anterior, foi lançada ao papel de porta-voz do movimento de libertação palestino. Khalid foi comparada tanto a Che Guevara quanto a Audrey Hepburn por comentaristas europeus e americanos. Embora Khalid não pretendesse ser capturada, sua detenção pública em Londres foi mais bem-sucedida do que um único sequestro poderia ter sido; os palestinos ganharam um rosto humano e a Palestina voltou ao mapa. (BUCK, 2012, P. 27)

As ações da Frente sofreram represália e a mesma teve sua filiação suspensa por uma semana da OLP. No entanto, Yasser Arafat comentou positivamente sobre o ocorrido.

(...), mas para Arafat, os sequestros ajudaram a introduzir o nome da Palestina ao mundo e contribuíram para a criação da identidade palestina,

que ele valorizava acima de tudo. Ele os considerou benéficos e não conseguia ver o dano que estavam causando à causa palestina. (BUCK, 2012, P. 27)

A Jordânia teve outra leitura do ocorrido, considerando uma provocação aberta ao regime: “Para a monarquia jordaniana, os sequestros em Dawson's Field foram um desafio aberto. Ao escolher pousar na Jordânia, a FPLP estava ignorando a autoridade do regime governante e minando sua soberania territorial.” (BUCK, 2012, P. 27)

O rei Hussein tinha suas razões para evitar um cenário de guerra total contra a resistência palestina.

(...) em setembro de 1970; tanques sírios alinhavam a fronteira norte, cruzando brevemente apenas para serem forçados a recuar pelas forças aéreas jordanianas e israelenses, e 12.000 tropas iraquianas estavam estacionadas no país. Mas a indiferença de Hafiz al-Assad, que comandava a força aérea síria, e as circunstâncias políticas no Iraque impediram que qualquer exército fizesse uma intervenção significativa nas batalhas que se desenrolaram. (BUCK, 2012, P. 28)

Por ainda estar se recuperando das baixas de 1967 e pelas divisões em suas próprias fileiras, o exército jordaniano dependeu da ajuda de milícias beduínas para reprimir a resistência palestina. Estes homens foram armados como um "Exército Popular" para reforçar o exército regular, cuja lealdade estava sendo questionada. Foram essas tropas que denominaram a repressão de "Setembro Negro", por sua escala e particular brutalidade. A ferocidade do rei em reprimir a rebelião da OLP levou a 3.500 mortes palestinas. (BUCK, 2012, P. 28)

A resistência, no entanto, também conseguiu breves vitórias.

Os combatentes palestinos tomaram o controle das cidades do norte de Irbid, Ramtha e Jerash. A FDLP reivindicou Irbid como a primeira cidade soviética árabe, enquanto Arafat declarava a independência da cidade. Em cada rua, lijan ash-sha'bia (comitês populares) foram organizados. (BUCK, 2012, P. 28)

O Soviete de Irbid foi eventualmente derrotado pelas forças jordanianas, assim como todo os locais sobre o controle da OLP em qualquer lugar da Jordânia.

A maioria das posições da OLP foi superada em setembro e outubro. Por volta do momento do primeiro aniversário do Setembro Negro, a FPLP bombardeou uma seção da TAPLINE, lembrando às monarquias que a frente não poderia ser eliminada da noite para o dia. A Frente Popular, FDLP e a Frente de Libertação Árabe patrocinada pelo Iraque mantiveram uma pequena resistência clandestina na Jordânia por anos após 1970, mas a maioria dos fedayeen havia fugido ou sido capturada até meados de 1971. Fatah e as-Sa'iqa haviam resignado a Jordânia à monarquia, trabalhando

para salvar o máximo de seus combatentes da morte ou prisão, enquanto todas as outras organizações menores de fedayeen haviam sido eliminadas ou absorvidas pelo Fatah. (BUCK, 2012, P. 29)

Para Buck o “Setembro Negro” teve efeitos residuais até muito depois do último *fedayeen* ser preso ou ter conseguido fugir da Jordânia. O regime Hachemita estava firmemente estabelecido e a resistência era motivada mais pela vingança do que por um objetivo político alcançável. O governo colocou recompensas de 5000 libras pelas prisões de Nayif Hawatmeth e George Habash, mas ambos conseguiram escapar. O início dos anos 1970 viu uma mudança radical na condução das ações das organizações de resistência, claramente motivadas por este sentimento de vingança, que começou a mirar em alvos civis. (BUCK, 2012, P. 29-30)

A Organização Setembro Negro, não oficialmente afiliada ao Fatah, cometeu o massacre de Munique. A FPLP realizou o massacre do aeroporto de Lydda. A PDFLP cometeu o massacre de Ma'alot. O movimento de resistência estava engajado em uma estratégia de desespero e vingança que levaria anos para superar. (BUCK, 2012, P. 29-30)

6 RESISTÊNCIA, REVOLTA E REVOLUÇÃO: A FPLP ATÉ 1982

A seguir analisaremos os desenvolvimentos da Frente até 1982, quando a OLP foi expulsa do Líbano, conseqüentemente, levando à expulsão da FPLP daquele país.

Ittayem narra que o esforço coordenado dos Estados árabes para conter a resistência palestina fazia parte de um cenário maior para manter o status quo da região, dominado pelas monarquias árabes, Israel e as grandes potências. Neste contexto, o autor insere o contexto do pós “Setembro Negro”, que transformou a percepção da resistência por parte de seus antigos aliados.

Diante desse cenário, ocorreu uma mudança dramática de políticas por parte dos regimes árabes, passando de um apoio ostensivo à causa palestina para uma hostilidade aberta; e, inversamente, uma completa reviravolta de uma hostilidade aparente em relação a Israel para um reconhecimento explícito e acomodação. Eles agora têm como principal objetivo o recuo de Israel dos territórios árabes ocupados desde junho de 1967 e o estabelecimento de um estado palestino como solução final. A ocupação pré-1967 da Palestina (agora Israel), o cerne do conflito árabe-israelense, não está mais na agenda política dos regimes árabes, mas sim é aceita como um fato consumado. Além disso, não apenas aceitam o *fait accompli* de Israel de 1948, mas também insistem em sua aceitação pelos próprios palestinos, alguns dos quais parecem estar concordando com isso. Isso é especialmente exemplificado pela moderação palestina expressa por Yasir Arafat e pela liderança da OLP. (ITTAYEM, 1977, P. 288-289)

Nota-se que os eventos do “Setembro Negro” deixaram o movimento de resistência palestino sem rumo e em frangalhos.

Grande parte da liderança estava presa na Jordânia, escondida ou morta. A perda da fronteira jordaniana com Israel e a Cisjordânia ocupada reduziram pela metade o território em que o movimento poderia operar, antes mesmo de considerar as restrições impostas pelos governos sírio, egípcio e libanês, nenhum dos quais pretendia hospedar um exército imprevisível de fedayeen. (BUCK, 2012, P. 31)

Sendo obrigado a se deslocar para outro país para manter suas operações, o movimento de resistência escolheu o Líbano como base de operações.

No Líbano, os cristãos maronitas no poder tinham laços históricos com o sionismo, uma história irregular com os movimentos árabes progressistas e nenhum investimento comunal no sucesso do movimento guerrilheiro. Mas os maronitas também estavam navegando em um sistema complexo de governo comunitário compartilhado. Em 1969, para apaziguar a maioria muçulmana do Líbano, o governo de Charles Helou assinou o Acordo do Cairo, intermediado pelo Egito, com a Organização para a Libertação da Palestina, que concedeu liberdade operacional aos fedayeen nos campos de refugiados e através da fronteira com Israel. (BUCK, 2012, P. 31)

Ao serem expulsos da Jordânia e se recolocarem no Líbano, a OLP, sob a liderança do *Fatah*, buscou fortalecer a infraestrutura do proto-Estado palestino ali presente, ao mesmo tempo que tentava explorar a possibilidade de angariar, por meios diplomáticos, apoio internacional para o reconhecimento de um Estado Palestino.

A virada diplomática emergiu com total clareza em 1974, quando a OLP adotou um 'Programa de Dez Pontos' durante a 12ª sessão do Conselho Nacional Palestino que clamava pelo estabelecimento de uma autoridade nacional palestina 'em qualquer parte da terra libertada', em um primeiro reconhecimento palestino de uma solução de dois estados para o conflito árabe-israelense. Naquele mesmo ano, a OLP, sob a presidência de Arafat, obteve reconhecimento internacional principalmente através da decisão da Liga Árabe de reconhecê-la como 'única, legítima, representante do povo palestino' e do convite que a Assembleia Geral da ONU estendeu a Arafat, concedendo à OLP 'status de observador não membro'. (LEOPARDI, 2017, P. 64)

A FPLP - comenta Leopardi - em contrapartida, não renunciou ao objetivo de longo prazo da libertação total, entendendo que esta seria um política reboquista que se dobraria às vontades da entidade sionista, abandonando sua pauta máxima de retomada de todo o território palestino perdido. Esta disputa fez com que a Frente formasse, juntamente com outras facções palestinas da OLP, a “Frente dos Rejeicionistas” para se contrapor à linha derrotista do *Fatah*, ao mesmo tempo que suspendeu sua filiação com o comitê executivo da OLP. (LEOPARDI, 2017, P. 64)

A FPLP acreditava que a mudança em direção à diplomacia representava uma 'desvio' da 'linha correta, revolucionária e nacionalista' como declarado na Carta Nacional Palestina, o documento constitutivo da OLP. Tal desvio poderia levar, em sua visão, à 'liquidação da revolução palestina'. Na prática, o que a FPLP rejeitava era o apoio da liderança da OLP a uma conferência de paz internacional baseada na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, emitida após a guerra de 1967 e reforçada pela resolução 338 que pôs fim ao confronto árabe-israelense de 1973. (LEOPARDI, 2017, P. 64-65)

Apesar das disputas internas, as facções da OLP caminharam para a reconciliação após o início da Guerra Civil Libanesa em 1975. As ameaças externas se mostraram maiores do que as disputas internas, travadas pelas organizações de blocos diferentes, sobre o futuro do movimento. Em última instância, essa reconciliação culminou em políticas conciliadoras entre a FPLP e o *Fatah*.

Entre 1975 e 1982, as facções da OLP consolidaram sua coesão diante das ameaças externas, tanto militares quanto políticas. Isso levou o FPLP a reintegrar totalmente as instituições da OLP, já que seu representante voltou ao Comitê Executivo desde 1978, enquanto a reconciliação oficial foi alcançada durante a 15ª sessão do CNP em 1981. Além de afirmar

formalmente a reconciliação dentro da OLP, essa sessão do CNP também sinalizou a aceitação de facto do programa interim da OLP pela FPLP, já que as resoluções finais reafirmaram a adesão da OLP ao programa aprovado nas sessões anteriores do CNP. Embora o interesse compartilhado em proteger o papel da OLP militar e politicamente constituísse um terreno sólido para a unidade, o processo de reconciliação destacou a tensão do FPLP entre se opor à agenda do Fatah e seu compromisso com a proteção da OLP. Esta fase representou, em última análise, a primeira ocasião em que a FPLP comprometeu sua posição oposicionista em prol da unidade e defesa da OLP. (LEOPARDI, 2017, P. 65)

O autor comenta que a união da resistência palestina teve como objetivo resistir aos ataques perpetrados em duas frentes: de um lado, a entidade sionista aumentava suas retaliações e ataques contra bases palestinas no sul do Líbano, do outro, a crise no Líbano fez com que a direita libanesa enxergasse os palestinos como uma ameaça ao status quo político. (LEOPARDI, 2017, P. 65)

Essa percepção foi reforçada pelas relações entre a Esquerda libanesa e as facções armadas palestinas. De fato, desde a relocação da OLP para o Líbano, o Fatah buscava a não-interferência nos assuntos libaneses, bem como boas relações com todas as forças políticas libanesas. No entanto, a FPLP e a FDLP pediam vínculos mais estreitos com o Movimento Nacional Libanês (MNL), a coalizão que reunia todas as forças progressistas libanesas. (LEOPARDI, 2017, P. 65)

Apesar de não se envolver diretamente em assuntos da política libanesa, o *Fatah*, atestando a situação política do país, se viu obrigado a tomar medidas para preservar suas bases e alcançar maior visibilidade no palco internacional. Isto fez com que a organização adentrasse no conflito libanês.

À medida que o conflito explodiu na primavera-verão de 1975, a liderança da OLP também decidiu gradualmente participar ativamente nas hostilidades ao lado do MNL, para proteger sua base no Líbano, bem como para explorar o conflito a fim de adquirir maior peso diplomático nos palcos regional e internacional. A intervenção das forças sírias na primavera de 1976, em detrimento da OLP, finalmente convenceu o Fatah de que a OLP não poderia evitar um envolvimento militar completo na crise, à medida que o conflito começava a adquirir dimensões regionais e internacionais. (LEOPARDI, 2017, P. 65-66)

A entidade sionista não permaneceu de fora do conflito, tendo em vista que poderia se aproveitar da instabilidade política do Líbano para combater a resistência palestina.

Outra ameaça ao status da OLP no Líbano veio do envolvimento israelense, que visava cada vez mais, desde o início da guerra civil, enfraquecer e, em última instância, destruir a infraestrutura da OLP no país. A primeira invasão em 1978 e a criação da facção proxy israelense, o Exército do Sul do Líbano (ESL), seguiram essa lógica. (LEOPARDI, 2017, P. 66)

Para piorar ainda mais a situação, foi assinado, em 1979, o tratado de paz entre Egito e Israel sob a tutela dos EUA em Camp David. Este tratado representou um perigo existencial para toda a OLP.

A natureza bilateral do tratado egípcio-israelense estava em desacordo com o objetivo da liderança da OLP de participar de uma conferência de paz multilateral para resolver o conflito. Além disso, a vaga referência ao estabelecimento de uma "autoridade autônoma" nos Territórios Ocupados antes de qualquer retirada israelense representava uma ameaça ao status da OLP como único representante legítimo do povo palestino. (LEOPARDI, 2017, P. 66)

Ao rejeitar o tratado de Camp David, a liderança da OLP conseguiu o apoio da FPLP, que enxergava neste tratado um passo para a implosão do movimento de resistência.

Segundo sua análise, o tratado de paz visava pavimentar o caminho para a normalização das relações entre Israel e os estados árabes. Isso não apenas implicava na "liquidação" da causa palestina, mas também implicava no fortalecimento das "forças reacionárias", que se beneficiariam econômica e politicamente das relações normalizadas com Israel e do domínio dos EUA na região. (LEOPARDI, 2017, P. 66)

Leopardi explica que mesmo com sua unidade recuperada, a OLP enfrentou, em 1982, sua maior ameaça até àquele momento, quando em 6 de junho, o exército sionista lançou a operação "Paz na Galileia" e iniciou sua segunda invasão do Líbano. Após chegar em Beirute depois de nove dias do início da operação, o exército de ocupação sionista cercou a capital libanesa, bombardeando ininterruptamente a parte ocidental de Beirute por mais de dois meses até que a OLP concordasse em evacuar a cidade, o que ocorreu ao final de agosto, completando a retirada de suas forças no início de setembro. Após a invasão do Líbano em 1982, a entidade sionista finalmente atingiu seu objetivo de pôr fim ao proto-estado da OLP no Líbano, abrindo uma nova fase na luta palestina pela conquista de seu próprio Estado. (LEOPARDI, 2017, P. 66-67)

O período de 1969 a 1982 foi de grandes conturbações para a resistência palestina. O movimento enfrentou guerra civis, massacres e múltiplas invasões estrangeiras. No entanto, também foi capaz de atingir seu auge militar e político na década de 1970. A FPLP conseguiu unir, em sua maioria, a esquerda palestina em 1974, por meio da Frente Rejeicionista, mas falhou em se contrapor a liderança de Arafat ou questionar efetivamente sua política derrotista de uma solução de dois

estados.

Ao longo da década de 1970, a Frente lutou para curar as feridas da derrota na Jordânia, muitas vezes transferindo suas conclusões políticas e militares para o contexto libanês. Apesar disso e, apesar de seus fracassos na articulação de seus objetivos no Líbano, a Frente desempenhou um papel fundamental na unificação da esquerda libanesa e do movimento palestino na aliança entre o MNL e a OLP. Quando Israel invadiu o Líbano em 1982, a pujança do movimento de resistência que surgira em 1967, desapareceu.

6.1 A guerra dos campos

O cenário libanês havia mudado completamente em 1985, tanto em termos de balanço de forças, quanto no nível das facções libanesas e forças externas envolvidas no conflito. A Síria, que se mostrou como o principal ator de intermediação do conflito, conseguiu lidar com a invasão sionista em 1982 e se erigiu como o único país capaz de articular um acordo entre sionistas e libaneses e trazer estabilidade à região.

Após eventos como a queda do acordo de paz entre o Líbano e Israel, o redobramento das tropas israelenses e os confrontos sectários entre drusos e cristãos na região do Monte Líbano, a Síria recuperou os reveses sofridos durante a invasão israelense de 1982. As principais facções libanesas começaram a ver o regime de Assad como o único ator capaz de articular um acordo entre elas e estabilizar o país. Nesse contexto, o Partido Socialista Progressista (PSP) druso, as Forças Libanesas (FL), que agora lideravam o campo cristão, e o movimento xiita Amal tornaram-se os pilares da estratégia síria para impor um acordo no Líbano. (LEOPARDI, 2017, P. 116)

Este objetivo de estabilidade, no entanto, possuía um obstáculo: a presença da resistência palestina nos campos de refugiados em Beirute e no Sul do país.

(...) que ameaçava a hegemonia Amal nessas áreas. Além disso, desde a primavera de 1985, o Fatah começou a fortalecer sua presença para reafirmar o controle sobre as áreas habitadas por palestinos, um desenvolvimento que preocupava a Síria, ainda em relações muito tensas com o presidente da OLP. (LEOPARDI, 2017, P. 116)

O movimento xiita Amal tentou impor sua hegemonia nos campos de refugiados por meio de postos de controle, com o objetivo de controlar o movimento dentro e fora dos campos. Os desentendimentos entre a OLP e o governo sírio fez com que o segundo desse carta branca para que as milícias xiitas libanesas

cercassem campos de refugiados palestinos, no que ficou conhecido como a guerra dos campos, um dos mais sangrentos episódios da guerra civil no Líbano.

Após tentar impor sua hegemonia estabelecendo postos de controle para controlar o movimento dentro e fora dos campos palestinos, Amal finalmente lançou um ataque aos campos de Sabra, Shatila e Burj al-Barajneh em Beirute, assistido pela Sexta Brigada do Exército Libanês, predominantemente xiita. Essa agressão, que duraria três anos, recebeu luz verde diretamente de Damasco, e Amal continuou a desfrutar de apoio verbal e militar sírio durante toda a Guerra dos Campos, uma das fases mais sangrentas da guerra civil libanesa. (LEOPARDI, 2017, P. 116)

A guerra dos campos marcou um período de contradições candentes dentro da FPLP, pois esta considerava o governo sírio como seu maior aliado.

O início da Guerra dos Campos também marcou um desenvolvimento qualitativo no reaparecimento das contradições entre a FPLP e a Síria. Diferentemente dos conflitos internos do Fatah, nesta nova rodada de confrontos armados, as forças palestinas no Líbano estavam sob ataque de um grupo externo cujos laços com o regime sírio eram ainda mais claros. (LEOPARDI, 2017, P. 116-117)

A Frente adotou uma postura de apaziguamento pois, ao mesmo tempo que buscava denunciar o movimento Amal para manter sua credencial nacionalista, também tentava minimizar o envolvimento sírio no conflito. De acordo com Leopardi, a Síria - vista na agenda da FPLP como seu principal parceiro na luta contra o projeto de resolução do conflito - demonstrou de forma indiscutível sua hostilidade em relação à resistência palestina. (LEOPARDI, 2017, P. 117)

Conseqüentemente, a adesão histórica da FPLP a uma OLP independente gradualmente sobrepôs-se às suas prioridades oposicionais. Dentro de tal dilema, a linha da PFLP flutuou entre a coordenação militar no terreno com outras facções palestinas e o alinhamento com a Síria em um nível político. Como resultado, sua ação para amortecer o conflito e recuperar uma certa alavancagem política, pelo menos no nível palestino, mostrou-se impotente. (LEOPARDI, 2017, P. 117)

Não fosse o alinhamento à corrente dominante da OLP, esta postura vacilante da FPLP em relação ao governo sírio teria delegado a organização a completa irrelevância, em um claro processo de marginalização.

7 AL-INTIFADA E OS ACORDOS DE OSLO

Em 1987, o Líbano tornou-se o ponto focal de atuação da entidade sionista, da OLP e de outras organizações e partidos interessados no conflito. A Guerra dos Campos deixou um legado conturbado para a FPLP, que enfrentou as consequências de colocar seu futuro nas mãos de Damasco quando o regime *ba'athista* atacou os campos de refugiados palestinos no Líbano.

A Guerra dos Campos, lutada principalmente entre a milícia xiita Amal, patrocinada pela Síria, e as organizações da OLP, estava chegando ao fim no verão de 1987. Embora tenha sido resolvida a favor da OLP, o efeito da guerra foi destruir a aliança entre palestinos, muçulmanos e a esquerda contra Israel e a direita libanesa, além de isolar ainda mais os palestinos no Líbano. Na época, poucos esperavam que a próxima fase da resistência surgisse dos territórios ocupados. No entanto, o historiador da esquerda palestina, Jamil Hilal, sugeriu que o interior era o território legítimo para a luta desde os acontecimentos do Setembro Negro, em 1970. (BUCK, 2012, P. 83)

Apesar da FPLP e alguns de seus aliados que operavam às margens da OLP continuassem a desempenhar um papel na resistência libanesa e nos campos de refugiados para além da década de 1980, o local de batalha e contestação contra a entidade sionista mudou para os territórios ocupados desde 1967.

A resistência se voltou para Gaza, que estava passando por protestos massivos durante boa parte de 1987. Buck descreve que estes protestos foram motivados por prisões administrativas – prisões preventivas de palestinos, sem julgamentos ou devido processo legal – levadas a cabo pela entidade sionista, além de deportações e assassinatos sumários de palestinos na região ocupada. (BUCK, 2012, P. 83)

Após quatro mulheres serem esmagadas por um bulldozer em 8 de dezembro e um jovem ser baleado em uma manifestação no dia seguinte, os protestos passaram por uma mudança qualitativa. Manifestações em massa começaram a alcançar dezenas de milhares de pessoas. Os jovens palestinos, que constituíam quase metade da população, transformaram o levante em uma "guerra de pedras", usando a força de seus estilingues e braços para lançar pedras contra a maquinaria militar moderna das forças de ocupação. Um observador notou que "[e]m alguns dias, Gaza estava tão 'quente' que o céu ficava negro com a fumaça de pneus queimados e gás lacrimogêneo se espalhava em todas as direções. Olhos experientes frequentemente comparavam os combates de rua e o clima de anarquia em Gaza a Beirute". (BUCK, 2012, P. 83)

O autor esclarece que *al-intifada*, como boa parte dos protestos espontâneos, não começou em grande escala, ao contrário, se desenvolveu organicamente a

partir de manifestações esporádicas, improvisadas e não planejadas. A revolta foi se adaptando conforme a experiência real para satisfazer as necessidades de organização. Comissões de trabalho voluntário se tornaram comitês de apoio às manifestações, respondendo às demandas e necessidade dos manifestantes e tratando dos feridos. (BUCK, 2012, P. 83-84)

A Universidade de Birzeit foi fechada à força por quatro anos depois que manifestações estudantis de milhares de pessoas sobrecarregaram as forças de ocupação. (BUCK, 2012, P. 84)

A liderança logo se unificou no recém-formado Comitê Central de União (CCU), que congregava as principais organizações de resistência seculares.

Para fornecer uma voz central à al-Intifada, foi formada a Liderança Nacional Unificada (LNU). Marwan Kafarna, um dos iniciadores da estratégia sindical da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), foi um dos quatro membros originais da UNL. (BUCK, 2012, P. 84)

A FPLP rapidamente celebrou a intifada em sua imprensa e emitiu declarações oficiais em apoio às manifestações de massas. Habash, no entanto, alertou sobre os aspectos internos e externos da revolta generalizada.

George Habash alertou em 1988 que havia "dois polos fundamentais na revolução palestina (interior e exterior), e é impossível que um cancele o outro ou opere independentemente dele". Em 1988, quando a al-Intifada ainda estava em ascensão, as análises sobre as necessidades do movimento eram semelhantes tanto no interior quanto no exterior. Mas, à medida que as discussões sobre uma solução política potencial deslocaram a opinião pública para a criação de um estado na Cisjordânia e Gaza, a FPLP lutou para manter o controle sobre seus quadros nas regiões ocupadas. (BUCK, 2012, P. 84)

A grande virada sobre a estratégia da resistência ocorreu em 1988, na cidade de Argel, durante o 19º congresso do Conselho Nacional Palestino, o órgão legislativo da OLP.

Os aproximadamente 380 delegados representavam as facções armadas e seculares palestinas e as principais instituições dentro da diáspora palestina—trabalhadores, mulheres, estudantes, etc. Eles reconheceram a necessidade não apenas de reconhecer, mas de endossar formalmente a al-Intifada, pois ignorá-la cederia a liderança, o potencial e as vitórias que ela poderia alcançar à Liderança Nacional Unificada (LNU). (BUCK, 2012, P. 84)

Yasser Arafat elaborou uma declaração de soberania palestina sobre a Cisjordânia e Gaza, em uma manobra para a declaração de um estado palestino nesses territórios. A oposição foi liderada por George Habash, que argumentava

que: “as referências a duas resoluções específicas da ONU representavam uma aceitação velada da reivindicação soberana de Israel sobre os outros 78% da Palestina histórica.” (BUCK, 2012, P. 85)

O autor mostra que apesar dos protestos de Habash, a declaração foi aprovada no 19º congresso, com 253 votos a favor, 46 contra e 10 abstenções. (BUCK, 2012, P. 85).

7.1 A resistência se ajoelha

Em 1993, em Oslo, ocorreu um dos mais significativos episódios de capitulação da resistência palestina para com seus ocupantes: os acordos de Oslo haviam sido assinados entre a OLP e a entidade sionista, levando à criação de um governo autônomo provisório nas regiões de Gaza e Cisjordânia. Este governo provisório seria comandado pela *As-Sulta al-Watania al-Filastinia*, a Autoridade Nacional Palestina (ANP). Os acordos foram prontamente rejeitados pela FPLP e por outras organizações, tanto da OLP, quanto organizações e lideranças independentes.

Em troca, a OLP renunciaria à violência e reconheceria o estado de Israel e seu direito de existir. Desde 1970, quando a solução de dois estados encontrou seus primeiros defensores entre os líderes da OLP, a Frente Popular posicionou-se como a mais fervorosa opositora de qualquer estado palestino que não englobasse toda a Palestina histórica. A FPLP, junto com a FDLP - que se integrara cada vez mais com a Frente Popular desde meados da década de 1980 - rejeitaram o Acordo de Oslo como uma traição aos princípios fundadores da OLP e incapaz de estabelecer até mesmo seu objetivo declarado: a criação de um estado palestino independente. Na rejeição, as duas frentes foram acompanhadas pelas facções alinhadas com a Síria, alguns membros do Fatah, e várias figuras independentes, incluindo Haidar ‘Abd ash-Shafi em Gaza. (BUCK, 2012, P. 85)

O autor denota que, em 1994, o *Fatah* de Arafat se aproveitou do estabelecimento e da liderança da ANP para ofertar milhares de empregos administrativos na nova organização, contanto que os interessados fossem filiados ao movimento, um requisito não declarado, mas que na prática se tornou obrigatório.

Depois do estabelecimento da Autoridade Palestina em 1994, milhares de empregos administrativos se tornaram disponíveis, para os quais a filiação ao Fatah era um requisito não declarado. Pela primeira vez desde a década de 1960, muitos ativistas optaram por uma dupla filiação com a FPLP e o Fatah. Outros deixaram a frente porque queriam ou precisavam de empregos dos quais membros eram barrados, como na força policial da AP ou na Segurança Preventiva. (BUCK, 2012, P. 85-86)

Quadros educados, sem interesse em lecionar, foram absorvidos por setores não-governamentais financiado por estrangeiros, onde sua experiência em organização foram colocadas em supostos projetos de desenvolvimento.

O autor narra que muitos membros da FPLP entendiam que o estabelecimento de um Estado palestino era algo paliativo. Embora a liderança no exterior condenasse a ideia de uma solução de dois Estados, muitos militantes pensavam de forma diferente. Ibrahim de Hebron afirmou: "Eu acredito em dois estados. Um estado palestino deve ser estabelecido em toda a Cisjordânia e Faixa de Gaza, livre da ocupação e de todos os assentamentos." (BUCK, 2012, P. 86)

Em 1996, eleições municipais foram realizadas nos territórios palestinos, a liderança da FPLP em Damasco prontamente convocou um boicote, apesar disso, alguns líderes locais da Frente ignoraram este chamamento: "Fayez Jabar, um líder da FPLP em Ramallah, concorreu na lista do *Fatah*, enquanto Riad al-Malki, Kamal Sharafi e Ra'fat an-Najar concorreram como independentes." (BUCK, 2012, P. 86)

Em comparação com outros grupos de esquerda, a Frente Popular teve sorte de perder apenas membros individuais. A FDLP, PPSF, ALF e PLF se dividiram em duas, com uma liderança externa rejeitando Oslo e uma liderança interna apoiando os acordos. (BUCK, 2012, P. 86)

A assinatura dos acordos de Oslo e a criação da ANP, sob liderança do *Fatah*, representaram um duro golpe nos movimentos de resistência não-alinhados a Arafat. Sua herança desmobilizou os movimentos da esquerda revolucionária, representou uma política conciliadora com a entidade sionista e abriu mão das perspectivas históricas da retomada dos territórios perdidos em 1948. Desde então, a FPLP sofreu revezes tão grandes e encolheu tão rapidamente que, quando participaram de uma eleição em 2006, receberam apenas 4,25% dos votos.

8 CONCLUSÃO: A FRENTE POPULAR ESTÁ MORTA, VIDA LONGA À FRENTE POPULAR

Este estudo apresentou uma análise histórica, política, militar e ideológica da criação da FPLP, abordando o momento que antecede a criação da entidade sionista, a consolidação do movimento de resistência palestino, seus avanços e revezes, até sua eventual decadência e capitulação frente ao sionismo, ao final dos anos 90.

O declínio que a Frente experimentou a partir dos revezes no Líbano, determinaram, em última instância, sua marginalização na política palestina. Esse declínio se mostra, principalmente, no papel da Frente perante a atual crise de legitimidade e representação que afeta o movimento nacional palestino. A incapacidade da Frente em representar uma alternativa às duas entidades governantes nos territórios da Palestina ocupada - *Hamas* em Gaza e a ANP na Cisjordânia - é um fator fundamental por trás dessa crise.

A presente análise histórica, demonstra que a FPLP falhou ao competir pela liderança política do movimento palestino, como também não conseguiu se firmar como um movimento de libertação nacional. A tragédia dos acordos de Oslo não só garantiu grande protagonismo ao *Fatah* – que impôs sua estratégia a OLP e a ANP – como também impediu que as organizações da esquerda revolucionária, como a própria Frente ou a FDLP, pudessem tomar a frente do movimento e rivalizar a entidade sionista. Isto fez com que a Frente se mantivesse, eternamente, em um status de oposição ao projeto nacional-burguês do *Fatah*.

A criação da ANP não só representou uma grande vitória a Israel, como também jogou a última pá de cal sobre qualquer tipo de resistência revolucionária no movimento nacional palestino. O estabelecimento da ANP atendeu às necessidades dos funcionários mais reboquistas e conciliadores da OLP e do *Fatah*, mas não atendeu à luta por libertação em nenhum sentido real ou substancial. O estabelecimento de um estado secular e democrático na Palestina ainda não se concretizou, muito menos sua transformação em uma sociedade socialista defendida pela FPLP.

O declínio da Frente após os acordos de Oslo também não pode ser atribuído à dissolução da União Soviética ou ao surgimento de facções islamistas, como o *Hamas* e a *Jihad* Islâmica. A Frente tinha laços mais estreitos com a China do que

com a URSS, devido ao alinhamento com a linha chinesa de marxismo, que renegava o socialismo soviético e o denunciava como social-imperialista e revisionista. Além disso, os militantes que se desligaram da FPLP, raramente mudaram suas posições seculares em prol de visões religiosas como aquelas do *Hamas* e da *Jihad*.

Esta marginalização deve ser analisada pelas ações da própria Frente e de seu principal opositor, o *Fatah*. Ao disputar com o *Fatah* pelo protagonismo na Jordânia, por exemplo, a FPLP negligenciou o Líbano ou Gaza, regiões onde o *Fatah* possuía pequenos segmentos.

Ao final da década de 1970, o Líbano havia se tornado uma terra de ninguém, completamente assolada pela guerra, mesmo assim, a Frente insistiu em continuar seu envolvimento na guerra civil, assim ignorando a população que se radicalizava - porém permanecia alienada - nas regiões ocupada da Cisjordânia e Gaza.

A dependência do *Fatah* na resistência armada significou que a Frente deveria igualar, ou superar, seus concorrentes, permitindo que o *Fatah* ditasse os rumos da resistência, seus locais de confronto, estratégia e tática revolucionária. Isto fez com que a Frente cedesse o impulso do movimento de resistência à sua facção menos revolucionária.

Na Jordânia, a Frente conseguiu amplo apoio popular dos refugiados palestinos por meio de sua tática de sequestro de aviões, mas novamente falhou em transformar este apoio em um movimento revolucionário que pudesse representar um perigo à altura do regime Hachemita. A falta de uma estratégia de longo prazo bem estabelecida, refletiu as limitações deste tipo de tática individualizada, que não conseguiu realizar a mobilização das massas proletárias e refugiadas palestinas na Jordânia.

Este breve apoio popular se mostrou insignificante quando a Frente foi expulsa da Jordânia, junto com as outras organizações *fedayeen*, na guerra civil jordaniana, na qual poucos jordanianos nativos questionaram abertamente a legitimidade da monarquia.

Ao se realocar para o Líbano, o movimento de resistência reavaliou suas táticas. Esta nova clareza da análise geral do movimento se mostrou quando George Habash, previu muitos dos fracassos do movimento. Em uma ocasião, Habash advertiu que: "(...) uma organização revolucionária atinge seu objetivo através da mobilização em massa, sua força básica" e que, na Jordânia, o movimento havia

"(...) estabelecido apenas relações superficiais com as massas e considerava a ação militar como um substituto para a luta de massas, em vez do auge dessa luta." (MAKSOUD, 1973, P. 73).

Em 1985, quando perguntado sobre a estratégia futura da FPLP, Habash respondeu:

"A estratégia da ação palestina na próxima fase gira em torno de um eixo central: a adoção de uma política de luta armada e a escalada dessa luta contra o inimigo sionista... A luta armada, como a entendemos e de acordo com nossa concepção de uma guerra popular, é a forma mais desenvolvida de luta travada por forças revolucionárias... Todo cidadão tem a oportunidade de resistir à ocupação por todos os meios disponíveis... A luta com o inimigo sionista no Líbano é aberta e clara. Ainda temos uma presença militar para lutar contra o inimigo e proteger a segurança de nossos campos frente aos ataques sionistas." (HABASH, 1985, P. 9-10)

Habash referiu-se, em sua resposta, à luta no Líbano, na Jordânia, no mundo árabe como um todo e, até mesmo, na arena internacional, porém, em momento nenhum citou a Palestina ocupada.

Quando perguntado especificamente sobre a Palestina ocupada, o secretário-geral enfatizou a importância daquele território e de sua população, mas explicou que eles não estavam em posição de travar uma guerra popular. (HABASH, 1985, P. 14)

Em um cenário em que os primeiros sinais da *Intifada* estavam se tornando visíveis na forma de amplas greves, manifestações populares e organizações comunitárias, a invocação da luta armada como tática complementar a estas movimentações deveria ser evidente, mas refletia uma política que havia dominado as fileiras da FPLP por pelo menos uma década. O momento de convocar a luta armada nos territórios ocupados, no entanto, foi perdido e a Frente não estava mais em posição de mudar a tática geral do movimento.

A principal contradição que marcou a atuação política da FPLP se deu da posição da FPLP de aderir à OLP como sua principal força institucional enquanto mantinha uma oposição à liderança do *Fatah*, que controlava a OLP. À medida que a ANP e a OLP se tornavam cada vez mais próximas após os acordos de Oslo de 1993, essa contradição permaneceu. Apesar de rejeitar o processo que estabeleceu a ANP, a FPLP manteve sua associação com sua principal organização, o *Fatah*, e não se desvinculou de uma OLP minada de qualquer autoridade pela ANP.

Esta contradição influenciou a atuação da FPLP, criando um dilema de oposição e/ou integração, tendo em vista que a FPLP tentou equilibrar seu papel de

oposição com seu interesse em permanecer dentro das instituições palestinas oficiais. O fim do potencial militar da FPLP, a perda de apoio material e popular desfrutado no Líbano, a relocação de sua liderança para Damasco e a centralização da tomada de decisões por Arafat, fizeram com que essa contradição que sempre marcou as ações da FPLP na fase pós-líbano, se aprofundasse ainda mais.

A linha política da FPLP, na tentativa de responder tanto à sua agenda de oposição quanto à sua vontade de integração dentro do sistema político palestino, vacilou, levando a uma reduzida eficácia de sua atuação e credibilidade política. Apesar de sua vacilação política ser produto da contradição principal de oposição e/ou integração, outras contradições também prejudicaram sua atuação: a rejeição do acordo político e protagonismo das estratégias diplomáticas; proteção da autonomia política palestina e alinhamento à agenda hegemônica dos aliados regionais; fricção entre a liderança exilada da FPLP e sua base ativista na Palestina ocupada. Estas foram algumas das principais contradições que a FPLP enfrentou ao longo de sua história.

A contradição entre oposição e/ou integração e a vacilação política da Frente trazem a luz do dia o questionamento do próprio papel da FPLP dentro do movimento nacional palestino. A incapacidade da Frente de influenciar o cenário político palestino e de firmar uma oposição efetiva levanta questões sobre a possibilidade de um ressurgimento da esquerda palestina no contexto de suas organizações de resistência históricas. Os problemas centrais que afetam a atuação da FPLP comprometem sua tentativa de se tornar a alternativa dentro do movimento nacional palestino atual.

Após a morte de Arafat e o fim da *Intifada*, a FPLP participou nas eleições legislativas e presidenciais da ANP em 2005 e 2006. Ao mesmo tempo, o *Hamas* também participou das eleições de 2006 para o Conselho Legislativo Palestino, alcançando uma vitória histórica. A FPLP continuou a oscilar entre as duas principais forças políticas palestinas – *Fatah* e *Hamas* – sem nunca conseguir alcançar o tão almejado protagonismo político.

A incapacidade da Frente de se desvincular de instituições palestinas deslegitimadas refletiu novamente a contradição de oposição e/ou integração. Além disso, suas vacilações se mostraram perenes, mais uma vez, ao não se posicionar de forma clara durante a divisão entre *Hamas* e *Fatah*. Estes padrões de atuação política demonstram que, a não ser que tais contradições fundamentais sejam

resolvidas, a Frente será incapaz de recuperar seu protagonismo político perdido e se mostrar como uma alternativa a atual crise política na Palestina.

Ao escrever uma análise histórico-política da FPLP e do movimento de resistência palestino, paira no ar um sentimento de fatalismo. Algumas questões surgem neste contexto: estaria a Frente condenada desde o início? Se cada erro tivesse sido evitado, a FPLP poderia ter tido sucesso? Mesmo que o Rei Hussein fosse derrubado, o novo governo socialista teria sido capaz de resistir a uma invasão da entidade sionista? Se as forças da OLP e do Movimento Nacional Libanês tomassem o poder no Líbano, seriam capazes de mantê-lo sob a agressão constante de Israel e Síria? Não fosse desviada para servir aos interesses daqueles que tratavam o Estado palestino como um fetiche - ao ponto de celebrar sua existência sem uma base territorial ou popular - seria a *intifada* capaz de alterar radicalmente o *momentum* da resistência palestina?

Marx nos alertou que a história se repete, na primeira vez como tragédia e na segunda como farsa. É preciso reconhecer que estas questões nunca serão respondidas, no entanto, elas podem nos trazer os questionamentos necessários para que os mesmo erros não sejam cometidos duas vezes.

Todos os movimentos de libertação nacional do século XX desafiaram as probabilidades ao lutarem contra inimigos muito maiores e, ainda assim, saíram vencedores. Em um discurso no campo de Yarmouk na Síria em 1979, George Habash proclamou: "E para aqueles que dizem 'Como podemos vencer uma batalha contra os EUA e Israel, com todas as suas capacidades tecnológicas e militares?', a resposta não é teórica. A resposta é o Vietnã." (BOLETIM DA FPLP, Nº 27, 1979).

A luta da FPLP, que se inspirou nos movimentos de Cuba, Vietnã, Argélia e tantos outros que desafiaram o impossível, nos mostra que a Frente tentou alcançar algo impossível em um momento histórico em que o impossível era irrelevante.

REFERÊNCIAS

BUCK, Terry James. **The Decline of the Popular Front for the Liberation of Palestine: A Historical Analysis**. 2012.

COOLEY, John K. **Green March, Black September: the story of the Palestinian Arabs**. London: Cass, 1973

HABASH, George. “**The Future of the Palestinian National Movement**”. *Journal of Palestine Studies*, Vol. 14, No. 4, 1985.

HUGUENIN, Ana Carolina. **História do Oriente v. 1.** / Ana Carolina Huguenin, Flávio Limonic, Monica Grin - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013

ITTAYEM, Mashhur Sirhan. **THE PALESTINE NATIONAL STRUGGLE: THE POPULAR FRONT FOR THE LIBERATION OF PALESTINE AND THE TRANSFORMATION OF IDEOLOGY**. The American University, Ph.D., 1977.

KADI, Leila, ed. **Basic Political Documents of the Armed Palestinian Resistance**. Beirut: Palestine Liberation Organization Research Centre, 1969

LEOPARDI, Francesco Savri. **The Popular Front for the Liberation of Palestine in Decline (1982-2007)**. Political Agency and Marginalisation. The University of Edinburgh, 2017.

MAKSOUUD, Clovis. **In Palestine Lives: Interviews with Leaders of the Resistance**. Beirut: Palestine Research Center, 1973

PAPPÉ, Ilan. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. 2006

PFLP Bulletin, No 27, 1979